



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONJUNTA - MINAS E ENERGIA/CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2008/2013	DATA: 20/11/2013	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 10h20min	TÉRMINO: 13h46min	PÁGINAS: 70

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JORGE GERDAU JOHANNPETER - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau.

SUMÁRIO

Debate acerca da importância da energia e da ciência, tecnologia e inovação no contexto da competitividade da economia brasileira.

OBSERVAÇÕES

Reunião conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e Minas e Energia.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Otávio Germano) - Declaro aberta a reunião extraordinária de audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para debater a importância da energia, da ciência, tecnologia e da inovação no contexto da competitividade da economia brasileira, em atendimento ao requerimento de minha autoria e dos eminentes Deputados Luiz Fernando Faria e Bernardo Santana de Vasconcellos e ao requerimento de autoria do Deputado Paulo Abi-Ackel, com a participação do Dr. Jorge Gerdau Johannpeter.

Portanto, nós faremos esta reunião conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Convido o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, o Deputado Paulo Abi-Ackel, a fazer parte da Mesa.

Deputado Arnaldo Jardim, V.Exa., como Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional, é coautor desta reunião.

Eu vou solicitar a presença na Mesa do nosso convidado, a quem peço, desde logo, uma salva de palmas, o eminente Dr. Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Bom dia a todos.

Gostaria de falar, de forma muito sincera, da grande alegria e da enorme honra que nós, da Comissão de Ciência e Tecnologia, conjuntamente com a Comissão de Minas e Energia, temos em receber nesta Casa este brasileiro ilustre, o Dr. Jorge Gerdau Johannpeter.

Em primeiro lugar, quero dizer às senhoras e aos senhores que nenhuma palavra, nenhuma manifestação a respeito da biografia do Dr. Jorge Gerdau Johannpeter seria o bastante para dar a dimensão desse homem, que tem uma peculiaridade, e me permita, Dr. Jorge Gerdau Johannpeter, dizer: é um brasileiro que está acima de todas as questões de ordem política e partidária, nos últimos, quem sabe, 50 anos. Foi Conselheiro de todos os ex-Presidentes da República e é Conselheiro e Presidente do Conselho de Desenvolvimento do atual Governo da Presidente Dilma Rousseff.

O Dr. Jorge Gerdau Johannpeter teve a delicadeza, e tem *know-how* para isso, de declinar de muitos convites para ser Ministro de Estado. Não foi Ministro de



Estado, tampouco atua na cena política maior nacional, porque, como grande empreendedor que é, apaixonado pelo empreendedorismo no País, prefere se dedicar à vida privada, atuando nos governos como grande Conselheiro nas políticas públicas de interesse do Estado brasileiro.

Com essas palavras, meu caro Dr. Jorge Gerdau, procuro expressar nossa profunda admiração a V.Sa.; admiração que cresce a cada dia, desde que aqui estamos na Câmara dos Deputados, membros que somos da Comissão de Minas e Energia e da Comissão de Ciência e Tecnologia, vendo o quanto V.Sa. tem contribuído para o progresso, o desenvolvimento, a desburocratização, o avanço em políticas públicas e o auxílio aos Presidentes da República; uns, de forma mais constante, como é o caso da Presidente Dilma, de quem V.Sa. é Presidente do Conselho; outros, apenas aconselhando para boas atitudes e boas providências, ao longo dos mandatos presidenciais.

Portanto, o Dr. Jorge Gerdau é aquele que nós podemos considerar, quem sabe, um dos maiores brasileiros deste século, e o tempo haverá de lhe conferir uma página muito importante na história brasileira.

Informo que está presente também na nossa Mesa o ilustre Parlamentar, o Deputado Arnaldo Jardim, que preside a Frente Mista — portanto, da Câmara e do Senado — Parlamentar em Defesa da Infraestrutura Nacional. O Deputado Arnaldo Jardim dispensa comentários, dispensa qualquer referência elogiosa, é um dos mais atuantes Parlamentares.

Quero ressaltar também que é uma enorme honra para mim presidir ou dar, pelo menos, início a estes trabalhos, na medida em que a Comissão de Ciência e Tecnologia está em atividades, meu caro Dr. Jorge Gerdau, ao lado desse Parlamentar muito atuante que é o Deputado José Otávio Germano, do Rio Grande do Sul, meu amigo especial, que preside pela segunda vez a Comissão de Minas e Energia.

Informo que a lista de inscrição para os debates está aberta e que o Deputado que desejar interpelar o senhor convidado deverá se dirigir primeiramente à Mesa e registrar o seu nome. Informo ainda que o senhor convidado não deverá ser apartado no decorrer de sua exposição. Somente após encerrada a exposição, os Deputados poderão fazer seus questionamentos, tendo cada um o prazo de 3



minutos, e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Com nosso maior carinho, meu caro Dr. Jorge Gerdau, e certos de que hoje nós temos aqui um dia muito especial na Câmara dos Deputados, para a Comissão de Minas e Energia e para a Comissão de Ciência e Tecnologia, em nome de todos os que compõem a Mesa e das Sras. e dos Srs. Parlamentares que nos dão a honra de comparecer a esta audiência pública — aqui não farei referência a cada um, especificamente, mas V.Sa. pode ver o alto nível da plateia que o escutará —, concedo a palavra a V.Sa., para proceder a sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Paulo Abi-Ackel; Exmo. Sr. Deputado Arnaldo Jardim, Presidente da Frente Parlamentar Mista; e meu amigo gaúcho, Deputado José Otávio Germano; meus cumprimentos.

É uma honra para mim poder participar desta reunião pela importância das duas Comissões e da Frente Parlamentar. Talvez seja um dos temas mais importantes que o Brasil tem que tratar, que o Congresso tem que tratar, porque a definição do futuro passa por essas áreas, indiscutivelmente.

Se nós fizermos uma análise do cenário, da complexidade e dos desafios que o Brasil tem, dentro desse cenário de competição, de globalização, de mudanças extremamente aceleradas que hoje o mundo vive — e dentro dessa complexidade está indiscutivelmente inserido o nosso País —, talvez um dos grandes desafios que todos nós brasileiros temos é conseguir, se é que isso é possível, entender o mundo e a inserção do Brasil nessa rápida evolução do mundo. Indiscutivelmente, essas duas Comissões e essa Frente Parlamentar, no meu entender, são peças-chave.

Eu tento cumprir minha função junto à Presidência da República, à Câmara de Gestão, e tenho me preocupado extremamente, nesses últimos anos. Isso começou na década de 80, numa visão privada de trabalhar em tecnologias de gestão. Como dizia Peter Drucker, maior autoridade em termos de gestão do século passado, não é o capital, a terra ou outros fatores da natureza que definem hoje a prosperidade dos povos. O que define é a competência gerencial desses recursos, principalmente o potencial que os recursos humanos, que as pessoas têm para



promover o desenvolvimento. Então, a competência gerencial é hoje uma peça-chave.

Tenho debatido três temas — se eu tiver que fazer uma análise —, que, na minha visão, são decisivos nesse processo de aprimoramento do País para se construir a competitividade. Eu tenho concentrado esses três temas na limitação mais evidente que temos hoje do nosso crescimento econômico e social: em primeiro lugar, a educação; o segundo tema é a logística; e o terceiro se refere às nossas limitações no sistema tributário.

Eu vou fazer uma rápida referência, para depois ainda vincular um ponto a outro. Mas eu diria o seguinte: quando eu falo no tema educação, ele é abrangente no sentido de que vai desde a formação básica até o tema da ciência e tecnologia. Esse é um processo integrado, e eu diria que ele é, indiscutivelmente, o maior fator de limitação que hoje o País tem.

O segundo fator é o tema da logística.

Deixem-me fazer uma observação anterior, ainda, para os senhores poderem perceber, de uma forma mais intensa, essa minha preocupação. E é incrível o meu aprendizado, nesses últimos 2 anos e meio em que eu tenho atuado na Câmara. Todo o sucesso de gestão vem quando a gente domina os processos, domina o microprocesso e domina os processos em dimensão média ou macro.

Então, eu digo assim: a recepção do hotel é eficiente ou não se tiver uma gestão dominada. Hoje eu fui informado de que isso está mais facilitado. Mas, no fundo, tudo sempre depende de dominar os processos. A produtividade do mundo vem quando as pessoas, o chão da fábrica, o chão do hospital, o chão da agricultura, do menor operário até a equipe técnica, dominam o processo e têm instrumentos de medição dos processos.

Mas o aprendizado mais importante que eu tive nesses últimos anos é que o processo dos processos se chama governança. É uma coisa incrível, porque, através da governança, eu faço a definição de onde eu quero chegar, eu faço a análise dos processos críticos que têm que funcionar para se chegar aos objetivos, e o terceiro processo é a análise crítica das falhas, para corrigir o meu objetivo, o meu planejamento. É o circuito do PDCA, que é a ferramenta mais primária e mais evidente, que vale, como eu digo, para uma portaria, uma recepção de hotel, e vale



para uma prefeitura, para uma repartição, para uma empresa. Mas o principal é, no âmbito nacional, a definição dos nossos objetivos.

Nós, pelo processo eleitoral de 2 em 2 anos, pelo processo da conjugação política, praticamente perdemos, nesses anos. E eu acho que já deve fazer, agora, talvez, 20 anos que nós temos trabalhado sobre coisas de curto prazo e perdemos a capacidade de análise de médio prazo.

É interessante o fato de essas três comissões exigirem análise e visão de médio e longo prazos. E talvez os senhores nem consigam perceber a importância de uma visão estratégica, uma definição estratégica sobre esses setores e, eu diria, sobre a educação, indiscutivelmente, porque tudo passa por educação. O interessante é que eu aprendi isso por uma vivência absolutamente pragmática. Em 1980, nós fizemos pela Gerdau convênios de transferência de tecnologia com dois grupos japoneses, para fazer o intercâmbio, porque os japoneses vinham se distinguindo tecnologicamente no campo da siderurgia, e nós sempre fomos muito abertos para buscar *benchmarking* no mundo. Essa palavra nem existia ainda, *benchmarking*, aliás, existia, mas não era usual, vamos dizer, na linguagem do mundo. E em 1980 esses japoneses sempre diziam — e nós aprendemos — três coisas: liderança, conhecimento e sistema, domínio do processo de sistema, para que o chão da fábrica tenha o conhecimento.

Por que eu falo isso? Porque, vendo hoje o nosso País, eu digo que é preciso debater mais e mais aonde nós queremos chegar. E observem o processo que nós temos vivido nos últimos anos, isso na esfera municipal, na esfera estadual e na esfera federal. Nós temos pela Câmara feito um trabalho intenso no sentido de construir um mapa estratégico, tivemos um avanço importante para os 39 Ministérios, conseguimos fazer o pré-trabalho em 35 Ministérios, e estamos hoje procurando extrair os processos críticos que dão sustentação para a definição de objetivo. Em alguns Ministérios nós entramos de uma forma mais intensa, principalmente no Ministério dos Transportes, e trabalhamos numa série de outras áreas junto à Presidência da República. Na Casa Civil também procuramos construir uma sistemática de acompanhamento de processos e pendências.

Na realidade, o mundo hoje é tão complexo que exige conceitos de governança em todos os campos. Isso vale nas políticas de poupança, vale nas



políticas de comércio e relações exteriores. Temos que ter visão de médio e longo prazos.

Cito um livro interessante de um empresário de grande sucesso nos Estados Unidos, Nicolas Berggruen, da Califórnia. A Califórnia tem o sexto ou o sétimo PIB do mundo. Numa região dessas, vemos ali, por metro quadrado, a maior geração de riqueza que é possível se imaginar no mundo. Todas as grandes empresas de informática passam por lá. Mandam fabricar em todo lugar, mas a tecnologia vem de lá. Tem o sexto ou o sétimo PIB — um pedacinho de terra deste tamanho! E o empresário diz assim: *“Nós temos a maior geração de riqueza, e o nosso Governo está falido”*. Por processos políticos que ele analisa, há deficiências no processo de gestão. E aí ele larga uma pergunta que é terrível: *“Será que nós, pelo nosso processo político, conseguimos competir com a meritocracia asiática para enfrentar as competições no mundo?”* Eu tive o prazer de jantar com esse empresário, numa passagem dele pelo Brasil. No seu livro *Governança Inteligente para o Século XXI*, ele entra no cerne desse problema.

Agora, o interessante é que, quando ele trata desse problema nos Estados Unidos... Hoje esse tema da governança tem me preocupado, os senhores devem estar estranhando um pouco por que eu insisto nisso. Para relacionar, Srs. Presidentes das Comissões, como é importante o tema de análise estratégica das coisas. E eu vou logo entrar um pouco na logística, vou entrar um pouco na ciência e tecnologia e depois vou entrar na energia, inclusive num tema específico do setor siderúrgico, para os senhores verem como também nessa área eu careço de definições estratégicas e políticas. E isso vale para qualquer lugar. Esse livro, *Governança Inteligente para o Século XXI*, é extremamente interessante.

Eu, que tenho acompanhado um pouco o problema e como a China trabalha, digo que uma conceituação básica de que estou convicto é que o maior fator de crescimento e de desenvolvimento social é o índice de poupança. Há trabalhos do Banco Mundial e da Fundação Getúlio Vargas sobre isso. O índice de poupança define o índice de investimento; o índice de investimento define o índice de crescimento; e esse índice de crescimento define, no fim, o desenvolvimento social e econômico, a geração de riqueza, para poder atender aos aspectos sociais e econômicos de um país.



O Brasil não consegue sair dos 16%, 18% de poupança sobre o seu PIB. A China tem um número que é quase absurdo, acima de 40% — falam em 42%, 48%. Aliás, eu vou mandar para os senhores uma estatística que tenho sobre índice de poupança dos países. Eu estou pegando como exemplo países semelhantes ao nosso, vamos dizer assim, países em desenvolvimento, com o índice de poupança e o índice de crescimento: em primeiro lugar está a China; em segundo lugar está, eu acho, a Índia; em terceiro lugar estão esses países que estão ao redor, como Peru, Chile, etc., que estão com um índice de crescimento de 6%, 7%. Todos eles têm poupança próxima a 30%, 27%, etc.

Por que eu toco nesse problema? O que é isso? O índice de poupança define o meu índice de crescimento. E aí vem o grande desafio do Brasil, porque, tocando em qualquer um desses três temas — ciência e tecnologia, logística ou energia —, no fundo, eles têm que ter uma visão estratégica de quantidade, de eficiência, de investimentos, para correr no mundo desenvolvido. Eu vou começar falando um pouco de ciência e tecnologia, depois eu volto para o tema da logística — o da logística é o mais chocante no meu entender.

Como eu falei em *benchmarking*, tenho que analisar as coisas da forma mais simples possível. Quais os países hoje que se desenvolvem, crescem, e disputam posições de liderança? São os países que têm um índice de investimento em ciência e tecnologia e inovação mais elevado. É interessante como esse tema de investimento é que define, no fim, o desenvolvimento, e é chocante, porque, na nossa macrogovernança, nós não entramos no cerne dessa discussão.

No mundo inteiro, a previdência é fator de poupança — isso é importantíssimo —, e a previdência no Brasil é despoupança, começando pelo setor público. Não tem cabimento que a previdência pública brasileira não seja instrumento de poupança, porque só através da poupança eu consigo manter meu ritmo de investimento, que define o nosso crescimento. O Banco Mundial diz: “*Quem não poupa, quem poupa abaixo de 20% não cresce mais do que 2%, 2,5%*”. E, se vocês pegarem a estatística do Brasil nos últimos 30 anos, vão ver que nós tivemos aqui 7%, mas, no ano anterior, tivemos 0% — zero e sete dá 3,5%. Então, nós já estamos nesse nível de 3%, e é extremamente difícil romper isso se não mudarmos a macroconceituação sobre o tema.



Os senhores devem estranhar um pouco por que eu falo nessa macrovisão, mas, como trabalho num setor que exige um planejamento de 10 anos, no mínimo, para frente — leva-se o prazo de 6 anos, 8 anos entre projeto, execução e maturação do projeto —, fui forçado a aprender a raciocinar em longo prazo. E todos os setores, como elétrico, de utensílios, siderurgia, petroquímica, etc., obrigam a raciocinar assim. Então, esse processo me educou, nos capacitou a analisar as coisas a médio e longo prazo.

Então, se o mundo investe entre 3% e 5% em ciência e tecnologia... Eu até brinquei numa reunião na nossa Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Otávio Germano. O Rio Grande do Sul investe 0,3% em ciência e tecnologia. Um Estado que não tem crescimento populacional nem tem crescimento com nova fronteira — Goiás e Mato Grosso têm —, tem que fazer igual a país europeu. Se a população não cresce e a idade de sobrevida vai a 78 anos, ou 80, conforme o Município, o que eu tenho que fazer? Tenho que fazer como os outros, investir 3% ou 5% em tecnologia. E sabem quanto é que investe? O Rio Grande do Sul investe 0,3%. Aí eu disse assim, brincando: *“Vocês acham que Papai do Céu vai mandar tecnologia aqui para o Rio Grande do Sul, ou isso vai depender de nós?”*

Eu toco nessa passagem, porque, no fundo, temos que ter a consciência de pegar a nossa macrorriqueza, a geração de riqueza, e dizer assim: *“Para onde eu tenho que conduzir, e como?”* Então, se nós quisermos ter sucesso, tem que haver uma política de decisão em cima desse processo, poupança e investimento.

Eu poderia me estender, mas o mais interessante é que o Brasil já provou que investir em ciência e tecnologia dá resultado, não há retorno melhor. O mundo nos dá exemplos, mas nós temos os nossos exemplos. Nós temos dois exemplos: um no campo da EMBRAPA e o outro é da EMBRAER. Nós temos outras atividades em que o Brasil se diferencia, mas esses são os dois casos-chave. E não é tecnologia de academia, é academia com soluções pragmáticas, porque ainda temos o afastamento do meio empresarial da academia e o da academia do meio empresarial. Ainda há debates nos conselhos de universidades que têm dúvida se as universidades devem trabalhar em parceria com o mundo real. Tecnologia no papel não adianta nada, se não for para o chão da fábrica. Então, gestão, tudo isso



é conhecimento científico e tecnológico, tem que ir para o chão da fábrica. Eu falo em chão da fábrica, mas isso é chão de tudo.

O sucesso da EMBRAPA foi para o chão, não está lá na academia. Temos que cuidar para não destruir esse valor que é um patrimônio louco. Da EMBRAER eu não preciso falar, está definido.

Então, tem que ter visão estratégica e contrato inteligente de pragmatismo. No mundo inteiro, a meritocracia de quem desenvolve na academia faz parte do sucesso econômico. Contratos inteligentes para estimular ambas as partes a criar as parcerias construtivas de resultados — isso vale para tudo.

Deixem-me entrar agora um pouquinho na logística. Deputado Arnaldo Jardim, eu vou me permitir fazer uma pergunta. Nós, pela Câmara de Gestão, fizemos a contratação da empresa Accenture para possibilitar à EPL fazer um levantamento global de qual é o atraso macro que o Brasil tem para tornar a nossa infraestrutura competitiva ou socialmente atendida. Na mobilidade urbana, o trabalho ainda não é suficiente. Eu vou me permitir ser até um pouco desagradável. Quem dos senhores faz ideia, em termos de rodovia, ferrovia, hidrovias e portos? Eu não estou falando em aeroportos, porque, graças a Deus, estão se equacionando os problemas pelas concessões. Os senhores acham que o atraso é de quantos anos? Vamos ver se alguém dos senhores sabe. *(Pausa.)*

Eu perguntei primeiro quantos anos, quando comecei a trabalhar com a Câmara, e depois em termos de dinheiro. São 600 bilhões. De quantos anos vamos precisar para arrumar a casa? Aí vem a outra pergunta: *“Qual é o montante de investimento?”* Fico chateado, porque eu devia saber isso, e eu me considero um cidadão razoavelmente informado. Leio e me informo todos os dias. Qual é o montante do orçamento de investimentos do Ministério dos Transportes? Quinze bilhões. Quanto ele está conseguindo executar? Apenas 8 ou 9 bilhões. Aí eu pergunto aos senhores: sobre esse choque de números, quem é que sabe? Que governança é essa? É um fato interessante, peguem os dados dos Governos nos últimos 12, 15 anos: os investimentos eram 2 bilhões ou 3 bilhões, depois subiram para 4 ou 5 e, hoje, chegaram a 15. Mas 15 bilhões, em relação ao investimento necessário, são *peanuts*.



Graças a Deus, a Presidenta tomou a decisão de abrir as PPPS e as concessões. Mas, como nós perdemos a capacidade de produzir projetos e a capacidade de gerenciar a rapidez... O Ministério dos Transportes passou anos com investimento de 2, 3 ou 4 bilhões, e nós hoje estamos lutando para, no ano que vem, eventualmente, se as concessões funcionarem, a negociação pragmática de projetos e entendimento de valor e preço, se os espíritos santos aceitarem pagar concessões... Esse é um fator decisivo. Lá no Rio Grande do Sul é pior ainda, eu acho, do que no Espírito Santo. Gozado, vamos andar lá em São Paulo, naquelas estradas. Alguém lá está reclamando das concessões? Ninguém reclama. Aquilo é uma maravilha, e ainda têm que fazer mais.

Quem usa é que tem que pagar, essa é a realidade. Ou vão fazer o mais pobre, que não usa, pagar a concessão, o benefício de transporte da riqueza ou das pessoas? Quem usa tem que pagar. O mundo todo trabalha com esse conceito.

Eu pergunto, então: que governança é essa? Presidente, veja a diferença entre 15 bilhões e 600 bilhões. Lógico, algumas outras coisas entram no sistema investimento, mas, de qualquer forma, eu pergunto: em quantos anos nós achamos que devemos resolver esse atraso de 600 bilhões? Em 5 anos ou 30 anos? Hoje, dado o que estamos investindo, a boca do atraso é maior do que o dinheiro que investimos, a necessidade cresce mais, porque, se eu tomo 5% sobre 600 bilhões, se nós estivéssemos em dia, põem um nível de crescimento físico de 4% ou 5%, seriam 30 bilhões. Eu estou fazendo conta de bodegueiro, mas são coisas macro, para orientar.

Eu repito, Presidente: que governança é essa que nós temos? Agora, cadê os empresários, que também não analisam? Cadê o Observatório? Cadê o Congresso? Eu lhe digo que me considero culpado, porque também convivo com certo conformismo quanto a isso. Aí nos admira que venha o movimento das ruas. É que o investimento, na proporção das necessidades, não vem. A placa mais interessante que eu vi, com absoluta simplificação, foi uma que dizia: *"Há 30 anos a Central do Brasil é igual"*. É lógico que isso tocou num tema ainda mais complexo, que é a mobilidade urbana.

Pergunto novamente: onde está o defeito? Onde está o problema? Eu, na minha linguagem, digo que é governança. Nós não discutimos o macro. Quando se



criou a comissão da Câmara dos Deputados sobre gestão, eu meio atrevidamente fiz uma pergunta: *“Como é que nós aprovamos lei no Congresso sem analisar se aquela lei se enquadra no objetivo maior?”* O objetivo maior é individual? Os senhores me desculpem se eu estou sendo um pouco agressivo, mas estou profundamente angustiado, porque vejo o movimento das ruas, vejo essa relação, essa dificuldade, vejo que, embora o Governo tenha definido o processo de concessões, as PPPs, a capacidade executiva gerencial foi perdida. Então, nós estamos atrasados, com uma demanda enorme, e temos que analisar com consciência e modesta humildade qual é o quadro real para tocar o processo para a frente. Desculpem-me, Deputados, mas eu acho que, se eu não der a minha contribuição em termos de visão, quem está do lado do balcão precisando de estradas, precisando de portos, precisando de logística...

Vou dar mais um número macro para chocar, porque entra no tema da competitividade. Os Estados Unidos têm um custo de logística de 6,5% até 8%, no máximo, do PIB, depende da localização. No Brasil o número gira em torno de 15%. Aí eu pergunto: dá para competir? Eu, empresário, posso competir, pagar 10% a mais de logística? No Rio Grande Sul, é 17,8% o custo da logística. Vai piorar mais um pouco, porque cortaram as concessões.

Então, dentro desse cenário da não competitividade, eu dei uma pincelada na logística. E digo: vamos apoiar a capacitação para a execução de projetos. Temos que trabalhar em projetos, para que possamos fazer negociações com transparência e inteligência, porque, quando não há projetos, há insegurança de ambos os lados, tanto para o que faz a concessão, quanto para o que disputa. Tem que se acelerar o investimento pelo menos na parte de ter projetos mais corretos, mais seguros, para dar confiança ao investidor, e não discutir em teoria ter um instrumental necessário. Como estamos atrasados nisso, a tarefa é difícilíssima, mas nós não podemos perder o rumo, a objetividade, o que é prioritário.

Vou fazer mais uma observação. Por que a logística hoje é o tema mais importante do País, em termos de solução imediata? Porque o modelo de incentivo ao consumo, que foi feito inteligentemente, bem como o incentivo de financiamento ao consumidor, você faz uma vez, faz duas vezes, na terceira não faz, porque não tem uma terceira antecipação. Normal. Até quando você faz uma antecipação,



normalmente depois há uma regressão, porque a média do consumo é aquele ritmo histórico. É lógico que, se o País tem uma taxa de crescimento maior, poderia aumentar, mas aí temos que mudar a gestão da poupança.

Deixe-me fazer mais uma observação macro acerca da poupança — essa é de responsabilidade dos senhores, principalmente. A soma da carga tributária está próxima de 37%, é 36,7%. Se eu considerar o déficit, mais 3%, 4%, chego a 40%. Então, 40% do PIB é gestão pública, e 60% é setor privado, que paga a festa dos 40.

Temos uma carga tributária que não pode subir. Temos que baixá-la, porque nós carregamos uma mochila de 40 quilos. O México tem uma mochila de 23 quilos, o Chile tem uma de 27 quilos — são números abaixo do nosso —, os Estados Unidos têm uma mochila de 32 quilos. Eu convido os senhores a fazer uma caminhada de 10 quilômetros. Carreguem uma mochila de 40 quilos e concorram com o que tem uma de 27 ou 23.

O pior é que a nossa necessidade social é de tal ordem que, hoje, para fazer o programa de saúde que nós prometemos na Constituinte, o custo é maior do que o PIB brasileiro.

Então, é um problema de gerenciamento e não de promessas que não cumprimos. Isso novamente entra na macrogovernança. Eu estou sendo muito chato com essa macrogovernança, mas é importante, porque é da nossa responsabilidade — Congresso ou lideranças empresariais e políticas — analisar o macro. É o macro que interessa, porque não adianta eu resolver... Lógico, os Deputados de uma região, etc., se arrumarem uma pontezinha para cá e para lá... Mas eu estou preocupado com o cenário mundial, a globalização. E, se a Califórnia está preocupada com competência de governança para competir com a China, o que dirá nós, ou a Ásia, porque o problema é mais amplo.

O interessante é que isso mudou. Por que a Europa está apanhando? Porque fez o seu *Welfare State* antes de existirem os asiáticos. Aquilo foi construído num período de economia fechada, etc., e hoje estão apanhando.

Voltando, então, ao problema. O setor privado, com 60%, tem uma poupança de quase 30%, porque, dos 18, 16 o setor privado faz; e a soma do setor público, os 40, faz uns 2%, 2,5% do PIB.



Na realidade, essa macroestrutura, se eu olhar outros países que têm feito, há alguns Estados que conseguiram, sobre o seu orçamento, o percentual de 10%... Quer dizer, o Brasil já teve alguns rompimentos culturais nesse campo.

Então, Deputado, o senhor veja os desafios que a nossa Comissão tem. E eu repito: temos que entrar no macrorraciocínio da visão de governança, porque, se eu não construo a macroestrutura, vou ficar remendando. A boca da demanda é igual à do hipopótamo, 180 graus. Abre assim. E o dinheirinho que está entrando é assim, a boca vai ficar maior ainda.

A decisão então da Presidenta, do Governo, de fazer concessões e PPPs é decisiva. E eu não tenho dúvida, só há um caminho, a infraestrutura. E é uma coisa fantástica, porque eu digo o seguinte: se nós conseguirmos fazer a estruturação, chamar capitais privados para investir em infraestrutura, nós baixamos o custo da competitividade, e geramos índices de crescimento significativos, que, poderiam, no meu entender, chegar, rapidamente, a números 4%, 5% ou mais, e que poderíamos movimentar.

Então, realmente, na visão da logística hoje, é decisivo que funcione. Eu vou ao ponto de que, se houver alguma falha em determinada concessão, talvez seja melhor fazer do que não fazer. Temos que entrar até acertar e fazer, fazer, fazer, rapidamente, porque é o definidor de crescimento. Concessões de incentivos não mudam mais. Além disso, o Governo precisa do dinheiro.

Segundo ponto, quanto ao financiamento, a capacidade de endividamento das pessoas também tem teto. Até, teoricamente, educar ou estimular o povo dever demais eu não se é uma boa ou má educação. Podem-se escrever livros sobre isso, é muito interessante.

Deixe-me fazer um parêntese só para ver como as coisas são complicadas. Em alemão, dever é *schulden*, que significa "ter culpa". Só alemão para ter uma coisa dessas. Então, dever é culpa, e o consumidor alemão tem pavor de dever. Veja como as palavras expressam a cultura. O Governo deve, as pessoas não devem. É quase agora como o governo americano também. O setor privado, as empresas estão com ricas, estão com dinheiro. Em relação aos automóveis, nós vendemos aço especial da GERDAU, o *marketing* é fortíssimo. Vão para 17 milhões, novamente. É mais carro do que eles faziam antes da crise, com todo o sistema de



financiamento. Vocês vejam que a economia privada começa a se mexer. Dezesete milhões de carros é uma loucura! Nunca fizeram. O problema de democratas, republicanos e dívidas de governo é outro capítulo.

Eu acho que há fotografia da logística, certo, Presidente Arnaldo Jardim? Esse tema merece um esforço, uma análise e o apoio para a eficiência executiva absoluta. Isso mostra novamente as nossas preocupações, por que o Brasil tem que se aprimorar em competência e gestão.

Bom, deixa-me falar agora sobre energia. Eu diria o seguinte: em qualquer um dos campos do campo enérgico ou olhando o cenário como um todo, eu acho que o Brasil, graças à capacidade do pré-sal, da PETROBRAS, nesse sentido, tem uma perspectiva boa. Ninguém sabe hoje responder para onde vai o preço da energia, gás e petróleo no futuro, porque, com a evolução do *shale* gás que os Estados Unidos fizeram, eles estão desenvolvendo uma autossuficiência. Vai mudar o preço do mercado internacional, provavelmente.

São essas coisas que ninguém consegue definir, mas eu diria o seguinte: é aquela coisa, a gente só acredita que o cisne negro aparece quando a gente vê, mas no planejamento a gente tem que olhar e acreditar que o cisne negro é possível. Das nossas macroanálises de governança novamente, o tema ser que analisado por uma visão ampla.

Agora, entrando no tema específico da energia elétrica, eu, como consumidor elétrico intensivo, tenho algumas transparências aqui, porque eu gostaria de mostrar a vocês, novamente, que o tema da governança é uma coisa incrível.

O Grupo Gerdau trabalha hoje em 14 países. Há 10, 15 anos, eu tinha no Brasil a energia mais competitiva de todos os países. Nesse tema, é interessante que nós pagávamos o preço em torno — eu vou falar em dólares, por causa da nomenclatura de uso mundial — de 20, 30 dólares a energia. Nos Estados Unidos, eu pagava mais ou menos de 38 a 42 dólares. Hoje, eu estou pagando 80 dólares no Brasil, mesmo depois dessas reduções feitas.

O interessante é que eu me sinto um pouco culpado por não ter tido uma vigilância suficiente sobre isso ou falta de competência política, mas a verdade é a seguinte: o Brasil hoje, no setor das usinas integradas em alto forno, tem a produção mais competitiva do mundo e tem o preço mais caro do mundo. Qual é a diferença?



Os impostos. Enquanto o imposto sobre o aço normalmente no mundo é em torno de 15%, no máximo 20%; no Brasil, é 40%. Então, o consumidor no Brasil, embora tenha uma parcela de impostos compensáveis, paga o aço mais caro.

Na eletrossiderurgia, que é a reciclagem, sucata e fornos elétricos, eu tenho o segundo ou terceiro lugar mais barato do mundo e também é o preço mais caro, pelo mesmo fator: os impostos. Eu não trouxe junto as transparências. Nós contratamos um trabalho com a BUS sobre esse tema. Nós pegamos países mais fortes e mais competitivos.

Mas voltando ao tema de energia, nós aqui pegamos a energia dos países que produzem custo e energia da indústria eletrointensiva. O setor eletrointensivo é petroquímica, alumínio, em primeiro lugar, eletrossiderurgia, cloro. Esses são os setores. Depois, eu tenho uma transparência que fala dos setores.

A verdade é que eu estou aqui hoje. Eu tenho uma parcela de energia, que vou mostrar aqui, que são alguns contratos especiais feitos na CHESF, no Nordeste, com preços em torno de 40, 50 dólares. Como o dólar subiu um pouco, melhorou, porque era mais ou menos 45 ou 46. São quatro ou cinco contratos que a CHESF tem com alguns eletrointensivos. Eu coloquei os países com eletrossiderurgia que concorrem conosco. No Japão, custa uns 23 dólares a energia. O Brasil tem a produção de energia em *cash cost* mais barata do mundo, porque ninguém tem um índice de hidroelétricas tão elevado como o Brasil.

A parcela de termoelétricas é pequena ainda. Eu gostaria que continuasse, porque tem potencial hidroelétrico, o qual ambientalmente é o melhor de todos em termos de custo. Mas, ao ver outro país como Austrália, são 28 dólares; na França, está por 30 dólares. Depois, eu vou mostrar os contratos que a França tem por 30 anos de energia. Quer dizer, dão chance ao empresário de ter uma visão de médio e longo prazo. A Turquia, que nos incomoda demais, no mercado, tem 35, 36 dólares. A Argentina não tem energia, mas tem política industrial de energia. Na Índia, são 40 dólares; nos Estados Unidos, como eu falei, são 41 dólares. O senhor veja que, há 15 anos, quando eu fui para lá, isso aqui para mim era caro, porque eu andava aqui com 27. Hoje eu estou aqui. Rússia...

(Não identificado) - Os Estados Unidos estão mantendo?



O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Estão mantendo. Até estão baixando. Com *shale* gás, eles estão fechando carvão, competindo com *shale* gás.

Eu tive tempo agora. Passei uns 2 anos atrás pagando 2 dólares pelo gás. Agora, está 3,20. Quanto eu pago no Brasil? Quinze, quatro ou cinco vezes mais. O petróleo é nosso, gente. Pergunto: a que custo? Aí há a Itália, a Espanha — há usina siderúrgica na Espanha, para autopeças —, Alemanha. Os senhores vejam que tudo são países...

A próxima transparência é melhor ainda. Deixe-me só mostrar aqui, é o residencial, o industrial é o vermelho, e o eletrointensivo. Então, eu tenho aqui as três. Deixe-me mostrar a próxima transparência, por favor. (*Pausa.*)

Essa é onde está a definição da política, que é extremamente interessante. Aqui é o Brasil. A eletrointensiva está aqui com mais ou menos 75, 78. A energia industrial genérica, para toda indústria, está aqui a 110, e o consumidor residencial está aqui a uns 135, 140. Os senhores vejam que o país que tem a energia mais barata do mundo na geração tem, com os encargos, com custas adicionais, uma política que leva ao encarecimento. O “gato” da energia do Brasil — em regiões em que há o desvio de energia e vai quase o aumento de 25%, 30%; há regiões, no Brasil, no Rio de Janeiro, em que o pessoal rouba 30% de energia — cai na tarifa industrial.

Agora, o pessoal da política global do País quer que eu inclua no aço que quero exportar o roubo da incompetência que nós temos. Nenhum país paga isso. Então, essa é uma mistura de conceitos de governança de políticas.

Vejam o seguinte, na Itália, há esse preço, e vai a 270. Vamos dizer, de um preço de 50, eles têm cinco vezes o preço da diferença da residência para o consumo.

Aqui eu joguei na tarifa eletrointensiva custos que são daqui para cá. Vejam, enquanto nos Estados Unidos tem um custo em torno de 30 e poucos, o mundo todo tem no residencial 175, 160. Então, novamente, há uma relação quatro, cinco vezes maior. Isso é para o mercado. Os Estados Unidos não têm — como se diz? — intervenção. Tem empresa estatal, também estaduais etc., mas ela trabalha puramente o mercado. Então, os senhores vejam que todos eles têm política aqui. A Eslováquia faz uma energia 25 e vai aqui.



Aqui há as políticas industriais desses países, 34; aqui estão Noruega, Japão, Reino Unido, 24; aqui, Estados Unidos etc., 26; e esse grupo aí 44. São características um pouco dos contratos, mas vocês vejam que eu estou trazendo material concreto, números pesquisados. Nós temos uma entidade chamada ABRACE, que tem relacionamento internacional com todos os pontos de informações. Então, esse nosso material dessa associação é profundamente analisado e debatido, com tecnicidade.

Aqui está o da França. O interessante: de 13,35 a 40. Prazo: 24 anos pela frente.

O que eu queria mostrar aos senhores é um pouco a minha preocupação com as deficiências. E se vai mais longe: uma das grandes deficiências que nós temos ainda no setor energético e que passa um pouco pelo sistema tributário, que eu falei, é a cumulatividade. Nós usamos energia elétrica para tributar. No sistema tributário que predomina no mundo, com exceção dos Estados Unidos, que não têm imposto no setor industrial, só têm imposto na venda ao consumidor, têm o *sale tax*. O resto do mundo todo trabalha no IVA e débito/crédito financeiro. Na não competitividade tributária, o que acontece? Do automóvel brasileiro, há 10,4% de impostos escondidos da não cumulatividade. No IPI não é total, no PIS não é total, na COFINS não é total, no ICM não é total. Tudo o que não entra diretamente no produto não entra, no mundo...

O Trevisan até, em uma brincadeira, na reunião do Conselho de Desenvolvimento, perguntou: "*O imposto do papel higiênico é débito ou crédito na conta corrente do imposto que paga?*". Está certo? No mundo inteiro, entram todos os impostos.

E há mais. Eu trabalho com uma burocracia de 100 pessoas para fazer o gerenciamento das notas fiscais por cada Estado: (*ininteligível*), no outro não. Nas próprias regiões federais também não há uniformidade total sobre o que entra ou não entra de crédito e débito.

E me leva, então, a uma não competitividade no automóvel, que eu tenho 10,6% de imposto escondido cumulativo. Na porta da fábrica, antes de pagar os impostos da saída, foram se acumulando impostos de créditos não utilizados. Ainda



há desvirtuamentos, um pouco do processo de incentivo de importações, etc. O problema é de uma complexidade total.

A verdade é a seguinte: o mundo se move por IVA. Eu tenho quatro unidades industriais no Canadá. Meio funcionário faz toda minha parte de livros fiscais. Eu aqui tenho cem pessoas. Sabem quantos a PETROBRAS tem? Novecentas pessoas. Podia fazer tudo de forma eletrônica. Esse pessoal, em vez de ser despesa, podia ser gerador de riqueza.

Dentro dessa visão, na energia, houve melhorias com as políticas que o Governo Federal fez. Mas a verdade é a seguinte: o consumidor brasileiro paga — e aí está novamente a discussão que nós não raciocinamos de que o imposto todo é por dentro em vez de ser separado — 98% do preço da energia, tomando custo da energia com lucro e depreciação.

O Governo fala em 48 ou 50%, porque calcula de cima para baixo. E o imposto correto não é calcular imposto de cima para baixo, senão você continua o resto da vida, como nós todos fazemos, pagando imposto sobre imposto sobre imposto e imposto. Imposto tem que ser uma coisa sobre o custo do produto, até para saber quanto imposto tem. Ninguém sabe o quanto nós pagamos de imposto na realidade.

Então, esse quadro nos levou a um quadro totalmente distorcido da política energética. E o grande desafio é, através da ABRACE, nós trabalharmos — eu estou hoje vindo de uma forma absolutamente pragmática — a necessidade da correção.

Se nós não fizermos, no nosso caso, os 80 dólares de energia significam, na fabricação do aço, na etapa do aço, a que interessa, mais ou menos 700 quilowatts de consumo. São 56 dólares de custo de energia. Se eu estou no Japão, eu pago 16 dólares. São 40 dólares a mais no meu custo de energia. E o custo de conversão é aproximadamente de 200 dólares. O custo de pegar a matéria prima e fazer a conversão é de 200 dólares.

Eu pago 40 dólares. É o único ponto que eu sou absolutamente não competitivo. No gás também, mas no gás não pega tanto, porque é só para aquecimento de etapas no nosso processo normal de siderurgia.

Então, senhores, como é que um país que tem a energia mais barata destrói uma estrutura industrial? Agora, isso é na eletrossiderurgia. Mas no alumínio é pior.



Eu diria o seguinte: o Brasil já foi, com sua política energética. o país de maior potencial de produção de alumínio no mundo. Há 20, 30 anos, esse era um sonho que nós tínhamos. Nós o estamos destruindo com a política energética.

Por que eu vinculo esse processo? Porque no fundo nossa política, seja em ciência e tecnologia, seja em logística, e agora indo pragmaticamente para um processo de energia... Eu tenho defendido junto ao Governo, por exemplo, que, no gás, deveria ter uma política de A1. Nós estamos fazendo a mesma pesquisa do gás — também existe política — do que é o custo mais competitivo para que eu tenha o produto competitivo internacionalmente. Está bem. É muito bacana. O consumidor residencial tem a energia mais barata do mundo hoje. Socialmente, eu acho que é necessário, mas...

Eu tenho uma história pessoal do meu pai com o Governador Brizola, do Estado do Rio Grande do Sul. Quando nós instalamos a primeira usina da Farrapos, que não existe mais, construímos a usina em Sapucaia. Não havia energia. A CE é uma empresa que tinha dificuldades enormes, toda termoelétrica. Não havia energia para a usina. Noé de Freitas era o Presidente da CE. Ele disse: *“Com essa energia, eu posso dar energia para 400 mil pessoas.”* Este era o consumo necessário para se produzir aço. Como meu pai não conseguiu resolver a negociação com Noé de Freitas, ele foi ao Brizola conversar. O Brizola disse: *“Noé, tem que dar energia, porque também não adianta dar energia, o pessoal tem que ter emprego para poder pagar a energia.”* É interessante essa passagem histórica. Isso foi lá por volta de 1960. Vocês vejam que naquela época houve uma definição dessa natureza.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, Srs. Presidentes das Comissões aqui, eu digo o seguinte: gente, governança! Aonde eu quero chegar? Eu só preciso de uma pergunta a ser respondida. Só quero uma resposta como empresário. Estou em 14 países. Preciso de uma resposta. O Brasil quer ter indústria eletrointensiva ou não? Só me respondam isso. Tenho novos investimentos para fazer. Estou fazendo. Mas não tenho contrato de 27, 30 anos, como a França e outros países têm.

Nos Estados Unidos, eu também opero. No *open marketing* praticamente de energia, nas horas de pique, o pessoal opera o forno mais de 10 minutos e para. A demanda de energia pode estar muito grande vai depender do frio, calor, ar condicionado, dessas coisas.



O problema é o seguinte: o Brasil precisa ter política eletrointensiva. Eu acho que o Brasil tinha que ser o país número 1 em produção de alumínio, porque tem alumínio. Nós temos alumínio e energia. São as duas coisas. E nós estamos fechando usina. Vem Presidente de multinacional e etc. para conversar. O Governo faz, faz, e não decide.

No setor de siderurgia, o problema também é esse. Hoje há uma capacidade ociosa de 30% na siderurgia pela não competitividade externa. E passa por esse processo.

Srs. Deputados, eu acho que já me estendi demais na exposição, mas eu queria aproveitar este momento para dar um pouco de macrovisão. O que nós precisamos? Nós precisamos tomar decisões, seja na logística, seja no processo de educação, seja no processo de ciência e tecnologia, seja no processo energético, não só de energia elétrica, do qual eu trouxe o caso concreto da nossa preocupação e do nosso problema no dia de hoje.

Estamos tendo boa sensibilidade no debate no Executivo, mas a decisão precisa da retaguarda política. Tudo que é complicado, sem a retaguarda política, não vai. Não é tecnocraticamente que se resolvem as coisas.

No fundo, para resolução desse tema, no meu entender — e a ABRACE tem lutado para a estruturação de uma política de atendimento, o Governo deu sinais de procurar ter uma energia competitiva — tem que se saber se o País quer eletrointensivo ou não, quer ser competitivo ou não?

Srs. Deputados, obrigado pela atenção. Eu estou à disposição para atender as perguntas que forem necessárias.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Dr. Jorge Gerdau, pela fantástica aula que acabamos de ouvir.

Eu vou passar a palavra ao ilustre Deputado José Otávio Germano, Presidente da Comissão de Minas e Energia, e, na sequência, ao Deputado Arnaldo Jardim, Presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura Nacional. Antes, meu caro José Otávio, vou fazer rapidamente uma referência às Sras. e aos Srs. Parlamentares aqui presentes em ordem alfabética.



Meu caro Jorge Gerdau, estão presentes: o Deputado Aracely de Paula; o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos; o ilustre Deputado, nosso decano, Deputado Camilo Cola, seu amigo pessoal; o Deputado Gladson Cameli; o Deputado Guilherme Mussi; o Deputado José Rocha; o Deputado Luiz Fernando Machado; o Deputado Marcio Junqueira; o ilustre Deputado Marcos Montes, meu conterrâneo de Minas Gerais; o Deputado Osmar Júnior; o Deputado Rodrigo de Castro; a Deputada Rose de Freitas, Vice-Presidente da Câmara; o Deputado Sandes Júnior; o Deputado Vander Loubet; o Deputado Afonso Hamm; a Deputada Aline Corrêa; o ilustre ex-Governador da Bahia, Deputado Antonio Imbassahy; o Deputado Eliene Lima; o Deputado Evandro Milhomen; o Deputado João Carlos Bacelar; o Deputado Jorge Boeira; o Deputado Luiz Argôlo; o ilustre ex-Ministro das Cidades, Deputado Mário Negromonte; o Deputado Missionário José Olímpio; o Deputado Nelson Meurer; o Deputado Vitor Penido; o Deputado Washington Reis.

Também presentes pela Comissão de Ciência e Tecnologia: o Deputado Ariosto Holanda; o Deputado Arolde de Oliveira; a Deputada Dalva Figueiredo; o Deputado Dr. Adilson Soares; o Deputado Evandro Milhomen, a quem já me referi; a Deputada Iara Bernardi, de São Paulo; o Deputado Marçal Filho; a Deputada Margarida Salomão, de Minas Gerais; o Deputado Nelson Marchezan Junior; o Deputado Salvador Zimbaldi; o Deputado Sibá Machado; o Deputado Silas Câmara; o Deputado Aureo; o Deputado Colbert Martins; o Deputado Costa Ferreira; o Deputado Duarte Nogueira, ex-Líder do PSDB na Câmara; o Deputado Hugo Motta; o Deputado José Rocha; o Deputado Josué Bengtson; o Deputado Márcio Marinho; o Deputado Milton Monti; o Deputado Pastor Eurico; o Deputado Paulo Foletto; o Deputado Sandes Júnior; o Deputado Walter Ihoshi; e o Deputado Wellington Fagundes.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Minas e Energia para sua manifestação. Na sequência, falará o Deputado Arnaldo Jardim.

Recebo também a informação de que está presente o Deputado Bernardo Ariston, ex-Presidente da Comissão de Minas e Energia.

Meu caro Deputado José Otávio Germano, V.Exa. tem a palavra. Indago a V.Exa. se deseja, logo após, presidir a sessão, já que a sessão é conjunta entre as duas Comissões. Desejo dividir com V.Exa. os trabalhos.



V.Exa. tem a palavra para saudação ao Dr. Jorge Gerdau.

O SR. DEPUTADO JOSÉ OTÁVIO GERMANO - Não.

Deputado Paulo Abi-Ackel, Deputado Arnaldo Jardim, meu prezado amigo, extraordinário empresário e grande líder, Dr. Jorge Gerdau.

Respondo V.Exa. do fim para o começo, Deputado Paulo Abi-Ackel, eu não cometeria a insensatez, a loucura e a burrice de deixar que V.Exa., que, tão brilhantemente, está comandando esta reunião, fosse trocado por mim, um auxiliar seu nesta reunião. Aliás, eu e o Deputado Arnaldo Jardim combinamos, Deputado Paulo Abi-Ackel, de ficar lhe auxiliando durante a Presidência desta reunião conjunta.

Apenas para que o Dr. Jorge possa mais ou menos imaginar, Dr. Jorge, o senhor está batendo recorde hoje aqui no que diz respeito ao número de Deputados. São quase 70 Deputados e Deputadas que estiveram aqui lhe ouvindo. Quase 70 Parlamentares estiveram lhe ouvindo em absoluto silêncio, o que é muito raro.

Pessoalmente, eu fico muito honrado com esse número, até porque é uma resposta que se dá a... E queria fazer este agradecimento em nome da Mesa aos assessores e aos colaboradores do Dr. Jorge Gerdau, seja dentro da empresa, seja dentro do Instituto Brasileiro do Aço, seja através da Câmara, aqui em Brasília.

Se me permitirem todos, acho que, na figura do Marco Polo, que estava aqui até há pouco, do Cláudio Gastal e do Cristiano, que estão sempre nos assessorando, quero agradecer muito à equipe do Dr. Jorge.

Dr. Jorge, estou agradecendo à sua equipe, nas figuras do Marco Polo, do Cristiano, do Cláudio Gastal e, muito especialmente, do Mário Sérgio, que fica conosco durante toda a semana aqui. É um assessor parlamentar muito competente. Eu faço questão de fazer este registro, porque temos aqui diversos tipos de assessoramentos parlamentares, e o Mário Sérgio distingue-se pelo modo educado, cortês e gentil como nos recebe e é recebido por nós. À ABRACE, a que o senhor tanto se referiu, na figura do seu Presidente, Paulo Pedrosa, também gostaria de agradecer.

Quero dizer aos meus nobres pares, meus amigos Deputados e Deputadas — e aqui eu vejo o Deputado Nelson Marchezan Junior e o Deputado Assis do Couto, assim como estava há pouco o Deputado Afonso Hamm — que para nós e,



pessoalmente, para mim como gaúcho, é motivo de grande orgulho poder oferecer ao Brasil a sua palavra. Talvez para mim isso seja ainda mais importante e mais honroso porque a fábrica Gerdau foi iniciada em 1901, se não estou enganado, num Município, à época distrito, chamado Agudo, que era no interior do Município onde eu nasci, Cachoeira do Sul. Foi lá que o bisavô do Dr. Jorge Gerdau fez a fundação, vamos dizer assim, da Gerdau.

E a minha amizade com o Dr. Jorge é uma amizade herdada, vale mais, porque o meu pai, que foi Deputado Federal também, foi Governador do Estado e hoje está no alto de seus 90 anos, me ensinou, entre tantas coisas boas que fez, a admirar aqueles que eu considero, entre eles, — e tenho dito isso, durante estes anos todos em que estou aqui no Congresso —, o maior empresário brasileiro, quiçá do mundo, que é o Dr. Jorge Gerdau. Por isso insisto sempre em ouvi-lo nas nossas Comissões. Desta feita, tivemos essa possibilidade aumentada, pela presença do Deputado Paulo Abi-Ackel, que é da Comissão de Minas e Energia e que está atuando como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, e do Deputado Arnaldo Jardim, um dos mais qualificados Deputados desta Casa.

Os Deputados e Deputadas que estão aqui, Dr. Jorge, o senhor pode ver, não são Deputados que procuram holofotes a toda hora, não são Deputados que estão ao microfone ou estão atrás dos microfones a toda hora. Os Deputados e Deputadas que o senhor está vendo aqui são Deputados basicamente técnicos, são Deputados e Deputadas muito mais preocupados em estudar as questões relacionadas à infraestrutura de um modo geral, sejam elas dentro daquilo que compreende a nossa Frente Parlamentar presidida pelo Arnaldo, dentro da inovação, ciência e tecnologia, na Comissão presidida pelo Deputado Paulo, ou dentro daquilo que está neste guarda-chuva da Minas e Energia. Então, são Parlamentares que, na minha opinião, prestam um serviço inestimável ao Brasil. E nós temos uma dificuldade imensa de nos mostrar ao Brasil, porque o que interessa, o que é notícia, via de regra, é a gritaria do Plenário, que não leva a nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Parabéns, Deputado José Otávio Germano.

O SR. DEPUTADO JOSÉ OTÁVIO GERMANO - O trabalho aqui silencioso, o trabalho anônimo destes rostos que o senhor está vendo hoje aqui, Dr. Jorge, é



seguramente o que sustenta, no âmbito parlamentar, aquilo de que o senhor acabou de falar com relação ao campo de vista empresarial, por isso ele se reveste de uma importância muito grande. Eu dizia muito isso ao Cláudio e ao Marco Polo, insistindo em sua vinda, porque, via de regra, os Parlamentares que vêm lhe ouvir, que querem debater com o senhor não são os mesmos Deputados que, no período da tarde e no período da noite, gritam, procuram desesperadamente os microfones, as câmaras e, na verdade, contribuem muito pouco para as questões técnicas de nosso País.

Então, aqui temos ex-Senadores, ex-Ministros de Estado, ex-Governadores, ex-Prefeitos de Capitais, Líderes de partidos e Deputados do Brasil inteiro. Isso nos alegra muito, porque quase 70 deles estão aqui lhe ouvindo, aprendendo com o senhor. E eu não tenho dúvida de que nós estamos contribuindo enormemente com os trabalhos legislativos, nesta manhã proveitosa em que estamos nos falando.

Eu ia lhe fazer uma provocação muito rápida sobre o superávit brasileiro, porque, no início do ano, era alimentada a ideia de que passaríamos dos 100; lá por março e abril, baixou-se para uma perspectiva de 70; e agora já estamos com 30. Que superávit teremos este ano, no Brasil, indo ao encontro de sua palestra de um modo geral? E associando-me ao final, pergunto ao senhor: que superávit nós teremos, se nos foi anunciado mais de 100 em janeiro? Que inflação nós teremos, Dr. Jorge, neste ano, quando, no início do ano, *a contrario sensu*, nos foi dito que não teríamos inflação, e nós temos hoje aí uma taxa que deve se aproximar de 4%, 5% ou mais?

Então, eu queria muito mais elogiar estes Deputados que estão aqui, Dr. Jorge, cumprimentar os Parlamentares que estão aqui, Deputados e Deputadas, e dizer ao senhor que aqueles que estão aqui hoje são Parlamentares preocupados com o desenvolvimento das questões estruturais do nosso Brasil.

Muito obrigado, mais uma vez, pela sua presença aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Registro também a presença dos Deputados Izalci, do PSDB do Distrito Federal, Francisco Floriano e Luiz Fernando Faria, duas vezes ex-Presidente da Comissão de Minas e Energia.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Arnaldo Jardim.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Meu caro Presidente, o Dr. Jorge dará as respostas após a fala do Deputado, se assim V.Exa. permitir. Pode ser? (*Pausa.*)

Então, Deputado Arnaldo Jardim, V.Exa. tem a palavra. Na sequência, o Dr. Jorge Gerdau responderá as indagações feitas pelo ilustre Presidente José Otávio Germano e pelo Deputado Arnaldo Jardim, e estará franqueada a palavra aos Srs. Parlamentares, preferencialmente ao Deputado Bernardo, que é autor do requerimento. Então, teremos a ordem de inscrição aqui já comigo.

Deputado Arnaldo Jardim, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Muito obrigado, Sr. Presidente, caro amigo Paulo Abi-Ackel, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; prezado companheiro, querido José Otávio Germano, Presidente da nossa Comissão de Minas e Energia; Sras. e Srs. Parlamentares que acorrem aqui num número realmente memorável.

Caro Dr. Jorge Gerdau, isso certamente não é um acidente num dia em que todas as Comissões estão funcionando a pleno vapor, isso é uma escolha que fizeram os Parlamentares, porque vieram aqui, a partir da ideia e da iniciativa que tiveram o Deputado Germano, apoiado pelos Deputados Bernardo Santana, Luiz Fernando Faria e Paulo Abi-Ackel. E nós acorremos a esta reunião com muita satisfação.

Saúdo também aqueles que estão aqui nos prestigiando com sua presença, inúmeras entidades, muitas delas mencionadas. E eu reitero a menção que fez o nosso caro Germano ao Instituto Aço Brasil, na figura do Cristiano, do Marco Polo, do nosso querido Mário Sérgio, que está aqui também. Muito obrigado por isso. Permitem-me agregar a saudação ao Dr. Barrocas, que é o novo regional da PETROBRAS aqui em Brasília, a quem agradeço pela presença, saudando também tantas empresas significativas que está aqui entre nós. A imprensa também está presente aqui, como lembra muito o Deputado Paulo Abi-Ackel.

Nós temos uma parceria de identidade com o Dr. Jorge, que faz com que já tenhamos tido um outro momento — é bom ter isso em conta — que partiu de uma iniciativa muito assemelhada a esta, com a participação da Comissão de Minas e Energia. Nós estávamos juntos também quando, pela Frente Parlamentar da



Infraestrutura, e lançamos, naquilo que era o desdobramento do Movimento Brasil Competitivo, o projeto Energia Competitiva. E tivemos um resultado positivo: nós tivemos uma revisão e uma diminuição de custos com relação à questão da energia no nosso País.

Vou passar muito rapidamente, Dr. Jorge, sobre os três temas que o senhor abordou aqui. Nós sabemos que temos um problema estrutural na parte de energia, é assim que a Frente Parlamentar tem compreendido. Depois desse processo todo em que tivemos uma diminuição de custo da energia, há algumas questões a arranjar no nosso modelo de energia, particularmente quando vimos, nesta semana, mais uma vez as eólicas dominando todo o Projeto A-3. Por um lado, ficamos contentes, porque a energia eólica tem mostrado competitividade crescente, o que é um ganho para o País, mas, por outro lado, há concentração, no meu entender, numa única fonte de energia, o que torna um pouco complexo administrar a questão. Mas hoje o Dr. Jorge Gerdau dá um passo adiante.

Dr. Jorge, em nome daqueles que são componentes da Frente — como o próprio Deputado Paulo Abi-Ackel; o Deputado José Otávio Germano; o Deputado Bernardo Santana, que é o nosso coordenador na área de mineração; o Antonio Imbassahy, que é o nosso coordenador na área de energia elétrica; Marcos Montes, que também está na diretoria da Frente — eu quero dizer que nós vamos abraçar e defender, a partir desta reunião, esse conceito que, com muita delicadeza, o Sr. expôs aqui. Nós precisamos de tratamentos diferenciados para alguns setores, e consideramos que o setor de eletrointensivo merece um tratamento diferenciado no que diz respeito à questão de custo de energia.

Todos nós temos na cabeça, naquilo que é o *shale gas*, o gás de xisto, o que é o custo médio hoje, nos Estados Unidos — de 3 ou 4 dólares o milhão de BTU — em comparação com aquilo que hoje se pratica no Brasil. Nós temos até formação de preço de gás natural diferente no Brasil, nós temos dois tipos de preços que competem naquilo que é uma equalização, por isso estamos pedindo que a PETROBRAS possa também dar uma referência que sirva de planejamento para o mercado.

Mas eu acho que sobra para nós, Deputado Germano, esta primeira questão: assumirmos essa bandeira de que o setor eletrointensivo precisa ter uma tarifa



diferenciada. Estou me referindo particularmente à siderurgia, ao setor petroquímico — e nós teremos inclusive, na semana que vem, um seminário detalhando os custos do setor petroquímico — e ao setor de alumínio.

A segunda questão é sobre aquilo que o senhor nos passou sobre a infraestrutura e da logística. Inclusive, há um projeto de lei de autoria da Frente Parlamentar da Infraestrutura subscrito por todos nós que integramos e participamos das atividades da Frente, que aprimora o regime de PPPs e de concessões. O senhor identificou uma vontade do Governo e identificou que a ausência de projetos tem limitado a questão de PPPs e concessões. Eu me permito ir um pouco mais adiante, porque acho que há mais problemas do que isso. Por exemplo, nós vemos a própria questão saudada hoje, nos jornais, das concessões dos aeroportos —há realmente, para o Galeão, cinco grupos interessados, e esperamos que isso possa se desenvolver. Todos nós que acompanham essa questão, e a Frente já fez um estudo sobre isso, sabemos que há um modelo que foi inicialmente pensado e foi bem sucedido em São Gonçalo do Amarante, foi bem sucedido lá em Guarulhos, Cumbica e Viracopos e também aqui em Brasília. O Governo, depois que viu isso dar certo, recuou. Passou, durante um momento, revendo o projeto, para propor que a INFRAERO invertesse e passasse a ter 51%. Ele gastou um ano e meio procurando sócios, e não encontrou. Aí voltou atrás e teve que reconsiderar voltar ao modelo anterior. Qual foi o custo disso? Imenso do ponto de vista da demora, do ponto de vista do custo do País.

Então, acho que todos nós concordaremos que, nessa questão de concessões e parcerias público-privadas, quando se pensa em tabela pelo Tier, quando se pensa em estabelecer determinadas questões que, em vez de, apreender aquilo que é o espírito da competição e de buscar absorver exatamente essas regras de governança, nós caminhamos numa situação de dificuldade.

Então, eu queria que o senhor nos ajudasse um pouco a aprofundar: o que nós podemos fazer para que as PPPs, efetivamente possam deslançar? O saldo dos últimos 4 anos, de 11 PPPs, é muito pouco para aquilo de que o País precisa, está muito longe dos 600 bilhões de infraestrutura que o senhor mencionou.

O senhor citou uma outra questão sobre a qual nós temos aqui não só a grata participação da Comissão de Ciência e Tecnologia, mas a participação do nosso



Deputado Sibá Machado, que aqui está tratando exatamente de um novo marco regulatório para a questão de ciência e tecnologia. É um tema caro para todos nós que temos essa questão. Particularmente, permito-me mencionar, Dr. Jorge, que tenho uma alegria muito grande, porque, no meu primeiro mandato de Deputado Estadual em 1989, em São Paulo, eu acabei sendo o autor do anteprojeto da Constituição de São Paulo. E lá nós introduzimos — é tema do artigo do ex-Ministro Delfim Neto na *Folha de S.Paulo* de hoje — a Fundação de Amparo à Pesquisa, FAPESP, para que temos uma dotação orçamentária fixa de 1%, com um detalhe que eu coloquei lá na Constituição e foi aceito por todos, de que o repasse é mensal, para você não ter nenhum tipo de perda do ponto de vista monetário, para garantir isso.

Nós sabemos que essa revisão do marco de ciência e tecnologia se faz muito à luz da experiência da Lei do Bem, que teve uma eficácia duvidosa. Ontem a Comunidade Europeia divulgou um novo relatório — está no jornal *Valor* de ontem, está na *Folha de S.Paulo*, com detalhes — sobre as mil empresas que mais investem em P&D no mundo. Nós temos, entre elas, 56 companhias que são da Coreia, 22 da China, 15 da Austrália e 8 do Brasil. O que poderia ser feito, além da questão pública, do ponto de vista das empresas? Que tipos de garantias são necessárias para que as empresas possam assumir a sua responsabilidade e investir mais em pesquisa e desenvolvimento?

Eram essas as indagações que nós queríamos fazer, ao mesmo tempo em que reiteramos que a sua vinda anterior se transformou em um marco aqui. Eu tenho certeza de que hoje também nós podemos delinear uma série de outras iniciativas, a partir desta importante e significativa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - O Dr. Jorge Gerdau tem a palavra, para responder às questões colocadas pelo Deputado José Otávio Germano e comentar a fala do Deputado Arnaldo Jardim.

Eu queria, se me permite, Dr. Jorge, sem ser cansativo, cumprimentar os membros da Comissão de Ciência e Tecnologia. Aqui está toda a Comissão de Ciência e Tecnologia, Dr. Jorge Gerdau, para orgulho nosso, juntamente com a Comissão de Minas e Energia. Então, eu quero cumprimentá-los e registrar o



prestígio que o senhor também tem junto aos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia!

V.Sa. tem a palavra.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Caro Deputado Otávio Germano, V.Exa. talvez tenha colocado o tema mais complexo que o Brasil tem, que é o processo do gerenciamento do superávit e o problema da inflação.

O interessante é que esse tema, no meu entender, dentro da experiência que hoje o cenário mundial nos mostrou, não se equaciona novamente com soluções improvisadas. Eu diria que o mundo nos mostrou que, temporariamente, eu posso usar instrumentos financeiros para superar crises financeiras, crises de demanda e crises sociais, etc.. Mas eu acho que o mundo também nos demonstrou que os países que mais adotaram a ortodoxia financeira são, em longo prazo, os países vencedores no combate ao problema da inflação e ao problema do tema de superávit ou balanço de pagamentos.

O Brasil tem uma situação absolutamente peculiar porque, como nós, dentro dos últimos anos, tivemos, pela demanda da Ásia, uma geração extraordinária de superávit na geração de divisas. Pela alta valorização das *commodities*, vamos dizer, nós tivemos a geração e o acúmulo de riquezas, que vieram tanto do setor primário quanto, principalmente, do minério.

Sobre esses dois fatos, nós muitas vezes falamos do quanto houve de mérito nosso em termos de competência gerencial de estratégias ou do quanto nós devemos ao mercado asiático. Mas isso é um tema que não é exposto suficientemente. Faço essa afirmação porque isso veio quase como um presente: mais por mérito da capacidade brasileira, principalmente do nosso produtor primário, nós conseguimos gerar, de uma forma fantástica, esses superávits importantes na balança comercial.

Eu diria que, comparando àquele monumento aos bandeirantes que há em Santo André, em São Paulo, o Brasil deveria fazer um monumento em homenagem ao nosso produtor de soja ou dos produtos primários, porque, pela capacidade empresarial e tecnológica — em que, indiscutivelmente, também teve parcela da EMBRAPA — mas, essencialmente, pela força do trabalho do nosso produtor primário, nós conseguimos criar uma riqueza impagável para esse pessoal. Todo o



Sul forneceu aquele pequeno agricultor, as novas conquistas do Altiplano, em que saíram de uma propriedade de 25 hectares; conseguiram comprar uma de 300 hectares; e hoje têm 3 mil hectares. Temos produtividades fantásticas. Então, esse nosso produtor merece uma estátua igual àquela dos bandeirantes, porque ele abriu uma fronteira econômica extremamente importante.

O segundo fator foi a capacidade exportadora de minério, que realmente, através da produção mineral, com o papel da Vale do rio Doce, é uma coisa impressionante. Esses dois fatores fizeram com que nós chegássemos à posição desse superávit, a esse acúmulo de divisas de 300 ou 400 milhões.

Eu vou entrar numa análise que novamente entra no processo tributário. Esses dois setores praticamente têm uma carga tributária de não cumulatividade e competem internacionalmente. Mas, quanto ao setor industrial, houve época em que 32% do PIB era industrial, de manufatura. Ele caiu para 24% e hoje está em 13,6%, um número abaixo de 14%. Nós éramos superavitários na exportação de manufaturados, e hoje nós vamos a dezenas de bilhões de déficit.

Por causa dessa geração de divisas e também pelas políticas do Bolsa Família, nós também tivemos uma injeção de recursos importantes na economia, o que nos propiciou a chance de criarmos essa nova classe média e nos fez gerar o pleno emprego. Então, nós vivemos, durante alguns anos, uma situação absolutamente impar gerada por decisões gerenciais políticas nossas, mas, essencialmente, pelo fenômeno mercado internacional.

No entanto, há um indicador que a gente não pode perder de vista, que é a supervalorização do dólar, o que nos levou a uma não competitividade enorme do setor industrial. Essa derrocada do superávit vem essencialmente do fato de que nós hoje entregamos mais de 10% do PIB que tínhamos na área industrial para os países asiáticos.

Como nós temos um sistema logístico e tributário extremamente caro, nós temos uma não competitividade industrial, no meu entender. Eu posso passar aos senhores o trabalho que nós fizemos desse cenário tipicamente do aço, através do Aço Brasil. Temos feito, pela Fundação Getúlio Vargas, trabalhos sobre a não competitividade de alguns setores e a carga tributária desse sistema. Portanto, eu digo que hoje é praticamente impossível corrigir isso dentro do cenário político que



nós temos — eu trabalho nisso há mais de 20 anos e não vejo facilidade. Nós criamos uma não competitividade próxima a 20%, no meu entender, em relação ao produtor internacional de manufaturado, o que nos levou a entregar 10% do PIB brasileiro para importações.

(Não identificado) - O setor petroquímico está nisso?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Ele está entre as situações mais delicadas de todas, porque grande parte da petroquímica depende do gás. Como o setor petroquímico hoje se conjugou com a PETROBRAS, eles têm que trabalhar, mas a competitividade do setor sofre terrivelmente nesse processo. Todas as cadeias produtivas longas pagam, porque o imposto escondido acontece numa cadeia longa, quanto mais longa for a cadeia.

Eu já tive que ouvir do setor primário: *“Eu não entendo, o meu setor é competitivo, e a indústria não é”*. Aí eu disse: *“Vamos trocar de posição, tá? Você fica com os 40% de carga tributária, de impostos escondidos que o setor tem, e você me dá os 2% de carga tributária que o setor primário tem. E aí vamos ver quem é competitivo, está certo?”*

Nós temos o aço mais barato em produção do mundo. Com exceção desse tema que eu coloquei aí, eu também seria o número 1. No produto plano, que é usina integrada, nós somos o número 1 do mundo, com muito orgulho. Isso foi construído com esforço, com uma conjugação de esforços que merece respeito, da engenharia de gestão que nós temos no setor. Com a capacidade do nosso pessoal, houve um trabalho extraordinário de dezenas de anos, houve tecnologia, houve influência do Falconi nas tecnologias. Então, eu tenho muito orgulho disso.

No entanto, o mais barato é o mais caro do mundo, por isso eu digo: *“Muda de posição, porque 40% do mundo paga 20% no aço, mas nós pagamos 40%, sem falar do imposto escondido da energia”*. Metade dessa energia dos 80 é imposto escondido. Com relação a esses encargos que se inventam, nós fomos derrotados numa batalha contra a não prorrogação, porque é mais um imposto escondido, que ninguém sabe quem está pagando. É o que os políticos gostam de fazer, porque, imposto escondido, ninguém sabe quem está pagando, e todos nós pagamos. Desculpem-me, mas eu tenho de falar o que sinto e o que vivo. Eu estou do lado de cá do balcão.



Na realidade, Deputado, é por isso que a macroeconomia e a macropolítica têm que ser mais discutidas, pois os países que estão bem são os ortodoxos. Nós vencemos a crise quando, naquele tempo, tínhamos uma política do Banco Central mais ortodoxa do que a dos outros países. O Presidente do Banco Central era (*ininteligível*).

(Não identificado) - Mais do que hoje?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Mais do que hoje. Hoje nós, dado o sucesso, fomos avançando, mas estamos com problemas e estamos, vamos dizer, com uma certa inflação escondida. Há dados macroeconômicas e estudos que eu leio e, embora não me considere um especialista, digo que inflação não se combate trancando o preço, porque trancar o preço é postergar a inflação. Só há uma solução para combater a inflação: o superávit primário com tendências de ir a nominal. O segundo ponto é a política de juros. Eu prefiro não mexer, prefiro ter juros baratos e ter políticas ortodoxas na política de superávit primário e políticas nominais.

Eu vou me permitir fazer uma observação de macroanálise sobre a demanda social, as necessidades sociais. Eu já disse que, só para atender a saúde, nós estamos tendo que usar o PIB brasileiro, mas ainda não atendemos. Então, eu tenho que fazer opções de prioridade. Eu dou prioridade absoluta aos excluídos, e o resto que se arrume. Isso entra novamente nas políticas de poupança. Os governos praticamente não conseguem poupar. Quando não há poupança, não há superávit e não há investimentos, o que, conseqüentemente, leva-nos a fazer arranjos.

A política econômica no mundo tem que ser ortodoxa. A Europa nos deu exemplo disso. Eu vou fazer uma brincadeira: na Alemanha, que é muito pobre aposenta-se aos 67 anos; na Grécia, que é rica, aposenta-se aos 55 anos; mas, no Estado brasileiro mais rico de todos, que é o Rio Grande do Sul, aposenta-se com 42 ou 45 anos. Há aposentadorias lá que aconteceram com essa idade. Nós pagamos 56% da folha de pagamento de aposentadoria, no setor público. E deveria ser autossustentável, é um déficit de 5,5 bilhões por ano. Já pensou? Nós poderíamos ter 5,5 bilhões para investir em ciência e tecnologia. Eu estou dando esse exemplo porque isso eu conheço de perto.

Eu tenho um serviço de segurança na empresa, em que eu uso o pessoal lá da força pública, aposentado. E há um ano, conversando com um deles — eu o



achei muito moço —, eu disse: “*Mas você trabalha onde?*” “*Não, eu estou aposentado.*” “*Que idade você tem?*” “*Quarenta e dois anos.*” Eu fico louco, porque não sou eu que pago. É o excluído que paga. Sai lá do ICM do arroz, do feijão. Então, eu lhes digo, você toca nesse tema... Nós temos que sentar e pensar. Está certo? Qual é o país em que estou? Eu gostaria de ter um país que tivesse uma taxa de crescimento no mínimo de 4%, e a tendência fosse ir para 6%, para dar chance, realmente, de crescimento. E é a educação, é a logística, e vou dizer, é o processo a ser construído, a limpeza tributária. A solução é técnica, e a complexidade é política.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Por isso que a gente tem que ter humildade. E quando eu falo em governança, tem-se que discutir de uma forma macro esse troço, porque você não improvisa. E quando você está sentado no Ministério, nas funções, a pressão do dia a dia está... Por isso é que eu tenho que ter uma visão macro de metas. A Presidenta largou agora um pleito para vocês: “*Por favor, não venham com emendas de aumento de despesa*”. A gente tem que cortar despesas sempre, porque elas vêm de qualquer jeito. É como aquela coisa: a unha tem que ser cortada permanentemente.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - É, eu diria o seguinte: tem que ser um compromisso de todos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Tem que ser um pacto de todos, porque nós estamos tratando do Brasil. Não estamos tratando do Legislativo, nem do Judiciário, nem do Executivo, nem de empresários, nem da Academia.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Eu diria o seguinte: hoje, eu tenho convicções de que nós precisamos sentar, a liderança nacional, e dizer assim: “*Vamos discutir o que é o mapa estratégico para o Brasil, o que é importante.*” Quando leio essas coisas e temas internacionais e vejo o que os países estão fazendo, eu digo: “*O Brasil podia estar fazendo muito melhor, este país é maravilhoso.*” Eu me queixo dessas coisas, mas ainda não achei país melhor. É a



resposta que eu dou quando o pessoal diz: *“Jorge, tu não acreditas?” “Não, eu acredito.”* E trabalho para acreditar e construir.

O Governo está trabalhando nesse processo, mas, a visão de definição de longo prazo... Olha, eu vi agora o Ministro Mantega, numa apresentação que fez — acho que foi lá na revista *Exame* —, dizer: *“Nós temos que atingir um índice de poupança de 24%.”* Uma vez, no primeiro Governo Lula, o Luciano Coutinho disse, em uma apresentação que fez lá no BNDES: *“Nós, enquanto não atingirmos uma poupança de 24%, não vamos resolver.”* E não se fala esse troço. Tem que ser fanático por essa meta e cortar as despesas em proporção.

A necessidade social é o PIB todo. O PIB todo! Então, você tem que fazer a opção: o que eu vou fazer, para quem. E isso é uma macrodecisão política, e ninguém resolve sozinho, gente. Não é a Presidenta que vai conseguir juntar isso, porque passa pelo Congresso, numa visão... Agora, tem que ter uma visão estratégica. O Brasil tem essa chance, não é? Mas como nós sempre conseguimos viver arranjando, o que é importante nisso é que o cenário mundial mudou. O cenário mundial mudou.

E há um segundo troço que eu acho que mudou. Quanto a essa demonstração das ruas, gente, eu acho que o fator da mobilidade urbana talvez seja o mais importante, requer mais dinheiro. O povo quer aparecer imediatamente, por isso que eu gosto dessa frase de um operário: *“A Central do Brasil, há 30 anos, é igual.”* Ele falou Central do Brasil, mas pega qualquer... Você exigir de uma pessoa que tem 2 horas, 2 horas e meia de transporte urbano insatisfatório, etc, nem no matadouro, ela é pior tratada. Eu acho que isso é coisa que não dá para aceitar. A coisa vai indo, vai sendo levada, certo?

Sem definições de poupança e investimento macro em todas as áreas, nós não vencemos. Nós estamos repartindo o bolo. Não tem mais fatia para cortar, gente. Os 40% acabaram. Não tem mais de onde tirar dinheiro. Então, eu tenho de gerir melhor e tentar até diminuir. Minha sacola é de 40 quilos, certo?

Deputado, V.Exa. fez uma pergunta difícilíssima. Eu, infelizmente, não estou dando uma fórmula simples. A fórmula é mais macro do que simplesmente (*ininteligível*), está certo? porque as soluções estão no mundo. As soluções estão no mundo. Estão se discutindo, por exemplo, o fator previdenciário. No mundo inteiro



não existe aposentadoria acima de 80% do último salário, mas não é o último salário do Rio Grande do Sul, que leva mais 20 por se aposentar na força pública, por ser professor, etc. Está certo? Média real, econômica. A Suécia tem um sistema de repartição, mas paga pelo cálculo atuarial, o que deveria ser. Então, se não mexer nisso, nós não vamos vencer, vamos ficar nisso. Há 30 anos, nós temos um crescimento médio entre 2% a 3%. Pega 10 anos, 10 anos, 10 anos, não sai disso. De 2% a 3% é menos do que o crescimento demográfico de 20 anos atrás. Caiu, felizmente, mas eu estou falando do dinheiro que está entrando no mercado de trabalho hoje. Então, isso é uma vaga precisão. Vamos...

O SR. DEPUTADO JOSÉ OTÁVIO GERMANO - Dr. Jorge, só para completar. Eu falei demais aqui. O senhor, sendo quem é, tendo o conhecimento que tem, se não tem essa resposta, ninguém a terá no Brasil. Segundo o que o senhor está dizendo hoje aqui, nós estamos caminhando para um país sem condições de resolver o seu problema de custo tributário, infelizmente.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - É. Mas eu vou fazer uma observação numa parte. Está certo? Eu digo: cumulatividade zero. Não pode haver cumulatividade. O ISS é cumulativo. Vinte por cento do PIS, COFINS e IPI são cumulativos. E todos os países com os quais competimos não têm impostos cumulativos. Então, como é que você vai competir? Agora, perguntem se algum Governo do Estado, ou alguma Prefeitura, ou algum político vinculado ao processo ou à Receita Federal ou às Receitas Estaduais estão dispostos a mexer. O poder de caneta de um Governador numa política de guerra fiscal é de tal ordem que... Se eu fosse Governador ou político também não o faria. Então, é preciso que haja uma consciência política. Olhem, eu fiz igual à estatística. Pega-se os últimos 30 anos do País. De quanto foi a média de crescimento? De 2%, 2,5%. Pega-se o período de 3%. Eu aprendi estudando esse tema e pergunto: por que a China cresce e por que o Brasil não cresce? Eu, que conheço este País, acho que temos condições de crescimento maior. Eu conheço o nosso operário. Eu conheço a nossa capacidade. Ela é imbatível. O Brasil é um país socialmente possível de ser conduzido. Mas nós entramos numa enrascada política difícil, muito difícil. Mas eu estou aqui. Para mim, seria melhor não falar essas verdades duras, mas eu acho que é minha obrigação,



porque hoje eu tenho consciência disso. Talvez há 10 anos eu não tivesse essa consciência da mesma forma que tenho hoje.

Deputado Arnaldo Jardim, vamos falar um pouco sobre como aprofundar a PPP. Eu acho que o fato de reconhecer a PPP e concessões foi um divisor de águas. Está certo? Quando faço uma meta, eu tenho de dizer o que está trancando o processo. V.Exa. falou bem desse processo. Aí se discute ou se tira, etc. Eu tenho usado, no Governo, uma experiência sensacional, em que a própria Presidenta Dilma teve um papel preponderante: Jirau. Por que Jirau foi um sucesso? Muito simples, conseguiram montar concorrência. O Governo não tem que discutir sobre tirar ou não tirar. Eu acho que tem de haver um valor, mas não é trancando a tiro, não. Eu tenho de ter projeto bom em que todo mundo queira entrar, e a concorrência vem. Nós fizemos Jirau definindo o preço da energia a 92 reais, e o preço da concorrência caiu para 72 ou 74. Qual foi o milagre? Um projeto bem apresentado, bem elaborado, que nos levou a esse sucesso absoluto. Já mostramos que deu resultado. Então, só se tem de pensar em construir processos de concessões, e eu digo assim: *“Peguem os nossos banqueiros, que saiam pelo mundo, comissionem-os pelo sucesso que tiverem, mas chamem gente para competir e botar o dinheiro e fazer concorrência.”* Concorrência é que vai fazer o troço andar. Mas para fazer concorrência tem que ter projeto bom ou contratar projetos de uma forma vigorosa. Perdemos a competência em produzir projetos. Tem-se que chamar concorrência só para produzir projetos. Eu gostaria de ter uma pilha de projetos. Gosto de brincar aqui, lá na empresa, eu faço vários projetos, e, como o dinheiro é sempre limitado, é muito melhor ter vários projetos e escolher o melhor.

Então, você tem que ter projeto de concorrência. Já que optamos pelas concessões, tem que trabalhar. Nos aeroportos é mais fácil, porque se trata de uma área definida. Você não tem problema de, eventualmente, o estaqueamento ser de 40 metros, onde se põem 20. Aí, é lógico que não funciona. Se é proposital ou não, também não sei. Mas a verdade é que tem que buscar esses processos fanaticamente.

Nós temos que usar a melhor engenharia. Nós temos experiência de construir contratos que atraíam investimentos nacionais e internacionais para as nossas concessões. E tem-se que chamar a melhor gente para esse troço, porque é o



caminho. São 600 bilhões. É dinheiro que não acaba mais. E temos que fazer nos próximos 5, 7 ou 8 anos. Mais de 100 bilhões por ano têm de entrar de concorrências de obras. Aí vai ver que a taxa de crescimento do País vai subir mais uns 2% ou 3%. O chinês fez isso. A minha pergunta é: O que o chinês faz de diferente de nós? Poupança e investimento. A Índia consegue 6%, tem uma poupança de 27% ou coisa assim. No momento, ela está se atrapalhando um pouco também. Mas quem é que não se atrapalha neste cenário mundial? Na realidade, a regra nunca mudou. O único país que pode se permitir fazer diferente são os Estados Unidos, que têm o dólar, e todo o mundo poupa para eles. Eu perguntei ao Pastore: *“Quanto os Estados Unidos pagam da própria inflação?”* Ele disse: *“Eles pagam um terço; dois terços, o mundo paga para eles.”* Hoje é o dólar. Amanhã ou depois provavelmente vai ser a moeda chinesa. Mas é um negócio que dá poder de brincar, com poupança ou sem poupança. O resto tem que poupar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Dr. Jorge Gerdau.

Vamos, então, até por economia de tempo, Deputado José Rocha, atender ao pedido de V.Exa.

Eu vou, Dr. Jorge Gerdau, dar a palavra ao autor do requerimento, ilustre Deputado de Minas Gerais, Bernardo Santana de Vasconcellos, e, na sequência, pela ordem de inscrição, aos Deputados José Rocha, do PR da Bahia; ao Deputado Antonio Imbassahy, do PSDB, ex-Governador da Bahia; ao Deputado Afonso Hamm, do PP do Rio Grande do Sul; ao Deputado Marcos Montes, ilustre conterrâneo do PSDB de Minas Gerais; e à Deputada Iara Bernardi, do PT de São Paulo, isso, no primeiro bloco. O senhor responde às perguntas desses seis Parlamentares inscritos para, na sequência, fazerem suas respectivas perguntas o ilustre Deputado Duarte Nogueira, ex-Líder do PSDB na Câmara; o Deputado Marcio Junqueira, do PROS de Roraima; o Deputado João Carlos Bacelar, do PR, da Bahia; o Deputado Nelson Marchezan Junior, Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, do PSDB do Rio Grande do Sul; e Deputado Izalci, do PSDB do Distrito Federal.



Gostaria de registrar, também, a presença do ex-Líder do PSDB na Câmara, Bruno Araújo, do ex-Governador de Minas Gerais, Deputado Eduardo Azeredo, e do Deputado Newton Lima, do PT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deputado Abi-Ackel, V.Exa. vai dar um tempo para cada Parlamentar poder falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Eu tenho certeza de que todos os Parlamentares saberão usar o tempo da maneira adequada, tendo em vista o avançado da hora. O Deputado Renato Molling, do Rio Grande do Sul, também está aqui presente.

Tem a palavra o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, que é autor do requerimento desta brilhante e histórica reunião da Comissão de Minas e Energia conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Meu querido amigo e conterrâneo Deputado Paulo Abi-Ackel, nosso Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; meu querido amigo Deputado José Otávio Germano, que, presidindo mais uma vez a nossa Comissão de Minas e Energia, vem lembrar a todos nós a sua competência, a sua capacidade. Como esta Comissão de Minas e Energia é feliz quando tem V.Exa. no comando dos trabalhos e como ela rende! A reunião de hoje é um exemplo disso. Foi com muita alegria que apresentamos juntos esse requerimento.

O que foi dito aqui, hoje, pelo Dr. Jorge Gerdau dá um material muito rico. Eu gostaria de sugerir a V.Exa. e ao nosso Presidente Paulo Abi-Ackel que nós compilássemos esse material, que é muito rico — em vídeo já é natural, porque todas as nossas reuniões são gravadas —, e, com as duas Comissões em conjunto, fizéssemos uma publicação deste dia memorável.

O SR. DEPUTADO JOSÉ OTÁVIO GERMANO - Pois não, Deputado Bernardo. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Eu acho que é muito importante levar ao máximo, não só aos Parlamentares, mas também aos cidadãos, essa lição de quem tem uma história de serviços prestados ao País, essa história do grande empresário que o Dr. Jorge é, de pessoa que sobreviveu às dificuldades de quem produz e sobrevive.



Eu digo que, de todos os problemas — e o Dr. Jorge Gerdau os citou com muita propriedade —, a nossa herança burocrática, essa nossa herança de criar o caminho mais difícil, aquele que não é reto, aquele que faz muitas curvas para chegar ao objetivo... Já diziam os antigos que muito ajuda quem não atrapalha. Todo industrial, sobretudo uma empresa como a Gerdau, de tantas gerações, é uma sobrevivente e tem que ser colocado no panteão dos heróis nacionais, porque é um desafio — eu diria que é até uma atividade de risco — produzir no nosso País. E aqui não individualizo Governos. É um desafio produzir no nosso País, há muito tempo e por diversos Governos, de várias correntes, pelas suas várias dificuldades.

Rapidamente, gostaria de começar falando da energia elétrica. É muito importante o que foi dito aqui pelo nosso Deputado Arnaldo Jardim, Presidente da Frente Parlamentar de Infraestrutura, e eu tenho a honra de ocupar a Vice-Presidência da Frente Parlamentar da Mineração.

É preciso, sim, partindo das nossas Comissões, do nosso trabalho, corrigirmos algo que tentamos muito combater. Eu participei da Comissão que trata da Medida Provisória nº 579 — uma confusão entre mercado livre e consumidor livre. Ali se confundiu mercado livre, no qual podia, sim, haver algumas experiências de “especulação”. Essa foi a palavra muito usada à época para justificar, mas esqueceram do consumidor livre. Todos esses preços são uma realidade inegável, e não só o *shale gas*. É claro que ajudou muito nesse ponto, nos Estados Unidos, mas não é só por isso, é por uma questão da política pública que aquele país tem. Durante um tempo, eles se deixaram desindustrializar e terceirizaram parte dessa industrialização.

Com o exemplo de problemas recentes com a questão das terras-raras, chegou-se à conclusão de que nós não podemos ter tudo na mão da China, porque a China tem as suas facilidades. Ela vence esse modelo burocrático usando o comunismo a favor do capitalismo chinês. Os Estados Unidos voltaram, e hoje nós temos a TVA, que é uma das únicas, se não for a única, estatais americanas que oferecem energia entre 38 e 42 dólares, desde que vá para o Mississippi. Por quê? Porque, a exemplo do nosso IDH, onde se tem a maior necessidade de geração de emprego, desde que tenha um fator de carga mais elevado, desde que possa



modular, ou seja, desligar em determinados períodos combinados, para fazer uma espécie de usina virtual. E consegue-se fazer isso lá.

Meu querido Deputado Paulo Abi-Ackel, com todo respeito a estes países, não vou dar exemplo de países africanos, não vou falar de Butão, que também tem energia muito barata. Geralmente, o pessoal fala que são economias diferentes. Falo dos Estados Unidos, falo do Canadá, com a Hydro-Québec. Se você topa ir para paralelos superiores, onde a coisa é mais difícil, a energia é baratíssima, como foi muito bem mostrado aqui.

Nós precisamos cuidar da questão do eletrointensivo. Eu diria até que a questão do eletrointensivo é tão séria que deveria ser chamada de “eletroestratégico”. Como foi muito bem dito pelo Dr. Jorge Gerdau, no Brasil, nós temos uma indústria de eletrointensivo, seja na siderurgia, seja nas integradas, ou mesmo na produção do ferro-gusa, que não entra no eletrointensivo, mas fornece para ele, mas as integradas, como é o caso da Gerdau, como é o caso de tantas outras que em Minas Gerais geram tantos empregos e renda, do ferro-liga, do silício metálico, do magnésio metálico, todas essas indústrias são vitais para o País, são produtos estratégicos.

Hoje, nós discutimos sobre a possibilidade de fazer *tablets*, mas tiramos a condição de fazer a matéria-prima, de fazer um silício metálico, de ter uma liga de magnésio, de ter um alumínio. Então, falta uma política de longo prazo. Nós só pensamos no curto prazo. Há a questão da guerra fiscal, dos salários, dos tributos. Sempre há uma discussão do que eu vou perder agora, e a caneta de plantão, a caneta do momento, seja ela de que bandeira for, tem muita dificuldade de assumir, no momento, desafios que vão render no futuro. Mas sem isso, de fato, nós, que somos um país muito grande para viver como prestador de serviço, estamos fadados ao insucesso.

Eu sou um pouco suspeito — até confesso, Deputado Paulo Abi-Ackel — para falar sobre o tema, porque, quando falam em concessão, quando falam em PPP, eu sou a favor de tudo isso. E vou até mais adiante. Eu entendo que, como empresário, o Estado é extremamente incompetente. Eu sou a favor, guardadas a devidas proporções, Dr. Jorge Gerdau — e costume dizer isso —, de concessão até de banheiro de cemitério, de se privatizar até banheiro de cemitério, para se ter certeza



de que vai estar limpo, porque, se o Estado for o responsável, o banheiro vai ficar muito caro e sujo. Essa é uma característica do Estado. O Estado é incompetente, é pesado. É muito difícil tirar da pessoa o poder do carimbo. O carimbo dá muito poder. Hoje, em um mundo em que, quando quero um táxi, eu uso um aplicativo e em 2 minutos o táxi está na porta. A resposta do Estado, para mim, demora muito. Isso leva o povo às ruas também, essa insatisfação generalizada. O que o povo quer? Quer receber a resposta.

Eu gostaria de dizer que nós temos um desafio muito importante: essa questão do eletrointensivo e da energia, a questão das dificuldades, dos obstáculos. Hoje, nós temos programas de eficiência energética que são gerados com dinheiro. Falou-se muito bem da maioria dos impostos que compõem a energia, que eu costumo chamar de penduricalhos, como TAR e CFURH, e tudo mais que compõe o custo de energia elétrica. Nós temos dinheiro que tinha que ser destinado para programas de eficiência energética. Outro dia aqui nesta Comissão tivemos a maior dificuldade para priorizar a indústria e a questão dos 10% do FGTS para poder fazer o Minha Casa, Minha Vida, que é muito importante. Mas, quanto ao Minha Casa, Minha Vida e à energia residencial barata, têm que se ter a seguinte concepção: a energia residencial ser barata é relativo, porque barato é quando você tem dinheiro para pagar. Sem emprego, você não tem, e o que gera emprego é essa indústria.

Eu vou deixar um questionamento para o Dr. Jorge e terminaria dizendo que o meio ambiente é outro problema sério no Brasil. Nós estamos em um país que tem só 23% da sua área ocupada, seja com infraestrutura, agricultura, indústria, ou seja, o Brasil é um país extremamente arborizado. As pressões sempre ocorrem. A gente não vê ONGs no Nordeste. As pressões sempre ocorrem onde há recurso mineral ou hídrico ou capacidade de energia hidráulica. Esses parques de papel que são feitos por decreto de Governos Estaduais e Federal justamente nessas áreas; essa questão indígena, que já ocupa 16% do País; tudo isso são coisas que hoje obstaculizam muito. Há essa dificuldade muito grande.

Eu gostaria de terminar dizendo o seguinte: esse setor é muito importante, esse setor agrega valor. Neste momento, nós estamos discutindo na Casa o Código de Mineração, o Marco Regulatório da Mineração. É preciso ter muita atenção e valorizar quando você agrega valor ao produto. Essa indústria foi construída num



país que não tem carvão mineral de qualidade. E para isso, teve que investir severamente em tecnologia florestal. Temos a maior tecnologia de silvicultura do mundo. Eu falo isso com muita alegria, porque tive a honra, há pouco tempo, de reassumir pela terceira vez a Associação Mineira de Silvicultura.

Então, eu gostaria de dizer que é um desafio nosso manter essa cadeia, essa competência brasileira. Eu queria terminar com esse exemplo da dificuldade que nós temos hoje nas empresas, onde não há essa iniciativa privada, em que não há essa cultura do corte de gastos, e dizer da possibilidade, por exemplo, da redução do preço por milhão de BTU de gás, que hoje está compondo 45% do custo de geração.

Hoje, a PETROBRAS, como controladora vertical — é isso que eu deixo para o Dr. Jorge nos dizer —, participa de exploração, produção, carregamento, transporte, distribuição e da própria geração. Uma ideia é começar a ir a esse programa de concessões, retomar esses gasodutos da TRANSPETRO, abrir mais esse mercado, proporcionando esse escoamento com os que estão surgindo com as rodadas de leilão para a exploração de óleo e gás patrocinados pela Agência Nacional do Petróleo. Nós estamos com uma dificuldade muito grande no etanol, em virtude desse subsídio de gasolina. Eu gostaria de ouvir mais comentários sobre essas coisas. Eu tenho certeza de que V.Sa., que compõe o Conselho, deveria ser mais ouvido.

Eu encerraria por aqui. Peço desculpas por ter me alongado muito, Deputado Paulo Abi-Ackel, mas nos empolga muito ouvir o Dr. Jorge Gerdau. Terminando ratificando a sugestão de transformar numa publicação este dia memorável que V.Exa. e o nosso Presidente da Comissão de Minas e Energia nos proporcionaram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos. Está acatada a sugestão de V.Exa. Vamos transformar esta audiência numa publicação. Agradeço pelas palavras a V.Exa.

Estou sendo comunicado pela assessoria do Dr. Jorge Gerdau que há uma limitação na sua agenda aqui no plenário da Câmara. Dessa forma, vou dar a palavra a todos os inscritos num único bloco, pedindo a V.Exas. que sejam



extremamente objetivos nas perguntas, tendo em vista a limitação de horário do Dr. Jorge Gerdau.

Para falarem de forma extremamente breve, eu passo a palavra ao Deputado José Rocha, primeiro inscrito, e, na sequência, aos Deputados Antonio Imbassahy, Afonso Hamm, Marcos Montes, Iara Bernardi, Rose de Freitas, Duarte Nogueira, Marcio Junqueira, João Carlos Bacelar e Nelson Marchezan Junior.

Deputado José Rocha, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, nós já estamos aqui há 3 ou 4 horas e apenas três Deputados puderam participar. Realmente, eu acho que nós temos que agilizar.

Eu quero cumprimentar o ilustre Presidente Paulo Abi-Ackel, o nosso ilustre Presidente José Otávio Germano e o nosso ilustre convidado Jorge Gerdau. Quero dizer que realmente esta é uma reunião histórica nesta Casa, com a participação de um profissional vencedor, de grande conhecimento, que contribui muito para o desenvolvimento do nosso País: o Dr. Jorge Gerdau.

V.Sa. elencou aqui alguns pontos importantes: a educação, a logística, a limitação do sistema tributário, além da governança, que V.Sa. fez questão de afirmar por diversas vezes, e a energia.

Nós temos na educação, ilustre Dr. Jorge, uma carência muito grande de técnicos profissionalizantes. Apesar de, recentemente, termos avançado em torno de 160% no número de vagas, na questão do técnico profissionalizante, nós temos 2,5 milhões de estudantes, mas falta vaga para formação de técnico profissionalizante.

Hoje, temos um curso de formação geral que, como o próprio nome diz, não forma nada. Nós tínhamos que transformar todo este segundo grau em escolas técnicas profissionalizantes. Acho que esse é um grande gargalo. Venho dizendo isso há mais de 30 anos, desde quando era Deputado Estadual, mas ainda os governos não tomaram a decisão política para realmente transformar esses jovens que se perdem por aí, sem nenhuma profissão, quando poderiam estar sendo aproveitados como técnicos em empresas, em todos os setores.

Chegamos ao interior, se o seu carro dá defeito, quem lhe atende é alguém que nunca viu um carro, e tem que guinchá-lo para uma localidade distante porque



não tem um técnico habilitado em mecânica, ou em qualquer atividade, com formação profissionalizante.

Esse é um grande gargalo sobre o qual gostaria que V.Sa. falasse sobre isso.

Outra questão. V.Sa. falou do Ministério dos Transportes, que tem 15 bilhões de reais do Orçamento, mas apenas de 8 a 9 bilhões sendo executados. Realmente, a dificuldade é grande. Refiro-me a esse emperramento, a essa burocracia da máquina pública de as coisas não andarem. Já se criou no passado o Ministério da Desburocratização, mas a burocracia aumentou. Não se chega a uma agilidade, a uma celeridade. Temos aí as PPPs e as concessões, que não andam devido a esse emperramento da máquina do País. Essa é uma questão que tem que ser dissecada pelo Governo para que as coisas andem, para que os recursos disponíveis possam ser transformados naquilo que o consumidor quer e que o usuário deseja.

Com relação à energia, temos, por exemplo, na Bahia, talvez, o maior parque eólico do Brasil agora. Constrói-se o parque eólico, mas não tem linha de transmissão. Uma empresa como a CHESF não se prepara para entregar essa energia. O País está com falta de energia para a indústria, como V.Sa. disse.

Com relação à questão ambiental, por que as hidrelétricas não são construídas? Por que não se destrava essa questão ambiental das hidrelétricas?

Já se falou da importância da educação para aumentar a competitividade do País. V.Sa., que é vitorioso no setor da siderurgia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Deputado, conclua seu pensamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - V.Sa. é um vitorioso em siderurgia. Falávamos aqui há pouco com relação aos trilhos. Nós temos as ferrovias, a VALEC construindo vários quilômetros de ferrovias. Nós não temos trilhos, estamos importando e tendo dificuldade na importação. Por que o setor siderúrgico nacional não toma a frente dessa questão dos trilhos?

Finalizando, Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa., em nome do Ministro César Borges, as referências elogiosas que lhe fez. S.Exa. é baiano, do meu partido e foi Governador do nosso Estado. V.Exa. o coloca como um dos melhores Ministros da Esplanada dos Ministérios.



Também a outro grande baiano, o Ministro Rodolpho Tourinho, V.Exa. fez referências elogiosas, e poderia estar sendo melhor utilizado pelo Governo. Foi Ministro de Minas e Energia, Secretário da Fazenda do nosso Estado.

Também não poderia deixar de nominar aqui outro grande baiano que tem um potencial técnico muito grande e que ocupou cargos muito importantes no nosso Estado — a Presidência da ELETROBRAS, a Presidência da COELBA —, o Deputado Antonio Imbassahy, um grande técnico, que honra todos nós baianos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - A quem concedo a palavra, pedindo a todos os Parlamentares inscritos que sejam objetivos não porque eu queira, mas porque, infelizmente, o Dr. Jorge Gerdau tem tempo limitado. Sei que V.Exas. têm muito a complementar com as manifestações.

Deputado Antonio Imbassahy, ex-Governador da Bahia, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente Paulo Abi-Ackel, Sr. Presidente José Otávio Germano, que tiveram a iniciativa deste grande encontro, como disse o querido amigo e generoso companheiro José Rocha, realmente é uma reunião de grande importância. Pelas características do convidado, esta audiência é plena. Realmente são raros os momentos em que a gente vê tantos Deputados reunidos para ouvir uma personalidade da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - A manhã ficou curta, não é, Deputado Imbassahy? Não é, Deputado José Rocha?

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - A manhã ficou curta. Um grande empresário que não tem papas na língua, que chega aqui e diz o que pensa, com convicção, que não dissimula, que fala as coisas de maneira muito clara, frases interessantíssimas e profundas, e eu anotei aqui, Dr. Jorge, algumas: *“Como é que um país que tem a energia mais barata do mundo destrói a indústria nacional!”* O senhor disse isso duas vezes. *“O petróleo é nosso!”* Depois, fez uma paradinha e disse: *“A que custo?”* São coisas que nos levam à reflexão. Foi um desabafo quando o senhor disse que, em sua história, a Gerdau conseguiu produzir o melhor aço, o aço mais barato do mundo, e, de repente, ele se transforma num dos mais caros.

São coisas que precisam ter grande reflexão, como quando o senhor fala dos primados da governança, do planejamento, de um bom projeto, de uma boa



execução, de sistemas, de controle, de metodologias. E quando cita Peter Drucker e a competência gerencial, a gente fica olhando.

Bem, eu vou afunilar, para fazer o questionamento, que é apenas um comentário que eu gostaria de ouvir do senhor, com essa maneira tão franca com que se tem colocado ao longo de sua vida.

A gente assiste a um Governo que não consegue realizar as obras do PAC, que estão absolutamente atrasadas. Para citar apenas a Região Nordeste, a Transnordestina está com trechos abandonados; a transposição das águas do São Francisco também está abandonada; a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, Deputado Duarte Nogueira, que começou com um orçamento de 2,3 bilhões de reais, já está em mais de 30 bilhões e com 6 anos de atraso; as privatizações improvisadas não acontecem; as PPPs e concessões atrasadas também, sem o sucesso que a gente gostaria que tivessem. Todos nós brasileiros queremos, como o senhor gostaria tanto, que este Brasil avance, independentemente de questão de natureza partidária, coloração, ou de qualquer tipo de interesse menor.

Mas o que eu queria colocar para o senhor é o seguinte comentário: o senhor sempre lutou, e de maneira muito determinada, fora do Governo. De repente, em dezembro de 2010, aceitou, depois de insistentes convites, ter presença mais efetiva dentro do Governo. Se puder, comente como é, qual é a diferença entre essa luta fora e dentro do Governo. Como se passa esse dia a dia, Dr. Jorge? Como são as conversas? As coisas evoluem? Para nós todos aqui, seria extremamente ilustrativo e muito rico o que pudesse nos passar dessa experiência de homem que, ao longo de toda a vida, lutou pelos melhores ideais do povo brasileiro e de coisas maravilhosas, como o senhor bem disse aqui. Há diferença? Não há diferença?

Por fim, nós estamos assistindo à Presidente anunciar que vai fazer uma reforma no Ministério, evidentemente, em função do processo eleitoral. Eu já ouvi o senhor dizer que 39 Ministérios é Ministério em demasia, até por conta da irracionalidade, das dificuldades para gerenciar 39 subordinados e também pelo desperdício de dinheiro público que acaba havendo, com tantos órgãos que aparentemente são absolutamente desnecessários nessa totalidade. Teria o senhor alguma expectativa, com relação a esta reforma que a Presidente está anunciando,



de que haverá redução, em benefício do Brasil, desse número de Ministérios? Seriam estas duas colocações, estes comentários.

Mais uma vez, quero parabenizar a Comissão, os Deputados aqui presentes, em especial, V.Exa., que tem a admiração de todos, a minha e, certamente, a de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Antonio Imbassahy.

Vamos passar para o Deputado Afonso Hamm e, na sequência, para o Deputado Marcos Montes.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Na mesma linha, quero, primeiro, cumprimentar as duas Comissões e a Frente Parlamentar pela iniciativa do Deputado José Otávio Germano, na Presidência, junto com o Deputado Paulo Abi-Ackel, e nosso convidado, Jorge Gerdau, que dispôs deste tempo.

Eu quero lhe fazer um elogio, porque nós precisamos de brasileiros que vivam as questões do País. Ser empresário é difícil, mas se dedicar, ir além do contexto do seu empreendimento é a sua identidade. O PGQP — Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade é alvo de dedicação de longa data, que serviu efetivamente e tem servido conceitualmente e na prática àqueles que o souberam utilizar. Também com relação a esse Conselho Nacional importante, porque o Brasil vem se apresentando como um país de oportunidades, mas que tem tido pontos de dificuldades, aqui longamente demonstrados...

Em relação à energia, nós temos uma demanda do dobro do crescimento do PIB. Isso é explicado porque há demanda efetiva, há consumo, há incremento de qualidade e, conseqüentemente, de consumo doméstico e também há incremento empreendedor tecnológico. Então, nós temos este ponto de reflexão: como dobrar o PIB? Temos de dobrar o investimento em energia.

Eu quero falar de uma matriz energética que tenho defendido muito — e eu presido a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral —, que tem um rótulo negativo, mas que todos os países do mundo utilizam, e, no Sul, ele é estratégico. É estratégico para o Sul, mas é estratégico para o País inteiro, que tem, no que se refere à energia, um sistema interligado. É um absurdo nosso Estado



comprar de 60% a 65% da energia que consome e ter uma riqueza extraordinária e três vieses de oportunidades. Nós estamos trabalhando nesse sentido.

Eu quero algum encaminhamento sobre esse assunto, porque nós estamos nos esforçando para conseguir o leilão da participação do carvão na geração de energia térmica, com tecnologia. Inclusive uma empresa americana tem a patente da captura de enxofre para reagir com amônia, que se faz também da gaseificação no processo do gás de síntese — e nós produzimos sulfato de amônia —, um fertilizante que o Brasil importa 85% do que consome, para uma agricultura que é um dos grandes motores da economia, associada à indústria, ao comércio, a serviços, enfim. Mas é importante. Nós estamos no esforço, então, de aproveitar essa potencialidade para a geração de energia — esforço de políticas, de modernização das usinas, de tecnologia, de ciência e tecnologia.

O senhor falou muito, porque há hoje utilização de baixo impacto e no futuro vamos ter fixação e armazenamento de CO₂. Nós temos a captura de enxofre, não temos mais os particulados. O mundo todo está evoluindo. Até a China evoluiu em relação a isso. E são os países dos BRICS exatamente, falando em competitividade, que competem conosco, nós não estamos utilizando.

Sobre o viés da gaseificação ou da exploração do gás, tem a carboquímica, um potencial extraordinário também. Então, nós teríamos um viés muito grande. E tem a utilização, que sei que é limitada, do carvão siderúrgico, que tem esse componente. Mas hoje existem tecnologias que avançam.

Para finalizar e ficar dentro do tempo, obedecendo ao nosso Presidente Paulo Abi-Ackel, sobre esse aspecto, gostaria de ouvir sua opinião, porque o senhor é alguém, dentre os brasileiros conceituados, que forma uma opinião importante. E sua opinião é importante para promover desenvolvimento. Eu sou natural de Bagé, região de Candiota, que tem as maiores riquezas. Noventa por cento das riquezas estão ali — região carbonífera, Criciúma, tudo isso, mais o Brasil —, e todos os aspectos dessa condição de horizontalidade, e não de verticalidade, que temos para utilizar essa riqueza.

Era essa a minha colocação.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Ilustre Deputado mineiro Marcos Montes, do PSD do meu Estado.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Muito obrigado, Presidente Paulo Abi-Ackel.

Quero cumprimentar V.Exa. e, da mesma forma, este dinâmico Presidente José Otávio Germano, que dá uma dinâmica diferente a esta Comissão, e Arnaldo Jardim, que coroam esta Mesa. Tenho participado de várias reuniões nesta Casa, nesses anos que estou aqui, mas esta talvez seja a mais produtiva. Por isso, vou ser rápido, porque, quanto mais nós escutarmos do nosso convidado, maior o lucro.

Primeiro, Sr. Jorge, falo da minha admiração pessoal pelo senhor, a admiração de um brasileiro que vê no senhor uma figura ímpar neste País, e nós precisamos buscá-lo. Mas me preocuparam algumas coisas.

Começo por sua preocupação maior, sua angústia. O senhor disse que está angustiado, e isso é muito ruim para nós. Nós temos uma preocupação muito grande, e o senhor não pode ficar angustiado. Acho que tem que continuar nessa sua luta determinada, para nós podermos alcançar os resultados de que este País precisa.

Alguns pontos o senhor colocou, análises de médio e longo prazo, contra as análises, infelizmente, hoje, de curto prazo. Eu acho que isso é fundamental que discutamos aqui. Não se pensa em médio e longo prazo.

O segundo ponto que o senhor colocou foi investimento em ciência e tecnologia, dando o exemplo do Rio Grande do Sul de 0,3%, quando o ideal seria 3% ou 4%, e da EMBRAPA. Eu fui Presidente da Comissão de Agricultura e tenho na EMBRAPA também uma referência muito forte. Para minha infelicidade, surpresa negativa, estive na semana passada na China. Numa reunião que tivemos, apresentou-se lá o escritório da EMBRAPA. Como o senhor disse, um país que tem uma volúpia de crescimento aumentando e precisando de parceria forte com o Brasil. Não sei se a esta Comissão ou à de Agricultura, vou trazer a única representante da EMBRAPA na China. O escritório tem uma só representante, enquanto na Bolívia tem não sei quantos e na Venezuela também. É uma reclamação de todo o pessoal que estava na China. Nós temos, Deputado Arnaldo Jardim, a Dra. Ana Maris, que representa nosso País na área de tecnologia na



China. Uma pessoa, repito! Vou convidá-la para uma audiência pública, para tirarmos essa dúvida. Tenho na EMBRAPA realmente uma referência, mas vim de lá um pouco angustiado, Dr. Jorge. Foi uma surpresa muito negativa.

Falando da China, o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos disse que lá existe o socialismo travestido de capitalismo. Não sei se é socialismo, Sr. Jorge Gerdau, ou capitalismo, mas de uma coisa tenho certeza: lá tem comando; aquele país anda e está andando. De repente, nós precisamos não sei se de capitalismo ou de socialismo, mas nós precisamos de comando.

Outra coisa que o senhor falou que também me chamou a atenção foi a Central do Brasil. Eu nunca havia escutado, se vi lá, não prestei atenção: 30 anos sem acontecer absolutamente nada.

Então, vou às perguntas. Todos nós participamos bem, e acho que os Deputados Arnaldo Jardim e Antonio Imbassahy foram muito pragmáticos, mas o Deputado Arnaldo pediu simplesmente uma orientação ao senhor: qual é a nossa diretriz? Qual é o nosso dever de casa? Certo, Deputado Arnaldo Jardim? Acho que é disto que nós precisamos: uma diretriz para trabalhar com entusiasmo, seja na Frente Parlamentar da Infraestrutura, que V.Exa. preside com brilhantismo e da qual tenho a honra de participar, seja aqui na Comissão de Minas e Energia, seja na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Mas a minha pergunta é rápida. Eu tenho uma dúvida, e vou aproveitar o que o Deputado Imbassahy, com sua competência, colocou no final. O senhor está no Conselho, não sei se é dentro do Governo, mas é um conselho. Já foi alertado ao Governo essa política de energia residencial barata à custa de uma energia industrial cara que tem provocado desindustrialização, desemprego? Será que esse é o exemplo que o senhor nos dá, falando em número inflacionário, o pensamento de curto prazo? Ou seja, energia barata residencial, energia cara industrial, curtíssimo prazo, contra aquele objetivo que o senhor nos disse, de que precisamos pensar em médio ou longo prazo? Não sei se entendeu minha pergunta.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Totalmente.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Eu acho que esse é um exemplo que pode ser dado. Nós estamos fazendo uma política, Otávio Germano, de curto prazo. O exemplo está aí: energia residencial barata, que nós queremos, mas não



em prejuízo de energia industrial cara, que gere emprego, que melhore a vida daqueles que moram naquela residência de energia barata. Aí, temos que não só criar o Bolsa Família, que também é importante, mas que persistir, o que é o mais grave. O Bolsa Família todos nós aplaudimos. Mas o senhor entendeu a pergunta.

Eu faço parte da Comissão do Marco Regulatório da Mineração, e tivemos a visita do pessoal do alumínio. Eu fiz uma pergunta a eles que faço também ao senhor: esse projeto, esse plano que o Deputado Arnaldo Jardim conduziu tão bem, tão exaustivamente trabalhado aqui dentro, não atendendo àquilo que nós não queríamos — pelo menos, eu, na sua totalidade —, que é uma política do Governo de redução de energia, ela realmente ocorreu? O pessoal do alumínio disse que não. Ocorreu essa redução dos 18%, 20% na indústria e 27% na residência? Essa é uma pergunta. A outra, que é a principal, se refere ao exemplo que o senhor dá de pensamento de políticas de curto prazo, essa de energia residencial barata contra energia industrial cara.

Muito obrigado e parabéns. É um orgulho participar desta reunião, escutando o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Marcos Montes.

Deputada Rose de Freitas e, na sequência, Deputados Duarte Nogueira e Marcio Junqueira. Lembro aos Srs. Parlamentares que o Dr. Jorge Gerdau tem limite de horário de agenda. A assessoria dele já me sinalizou algumas vezes.

V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Muito obrigada.

Quero, antes de mais nada, parabenizar as iniciativas tomadas nesta Comissão, da qual faço parte há 20 anos, e parabenizar não só José Otávio Germano e Paulo Abi-Ackel, mas também Arnaldo Jardim, companheiro de senzala, porque nós aqui somos daqueles que trabalhamos muito dentro do Legislativo para ver algum ganho positivo desta Casa em relação ao Brasil.

Então, eu queria dizer que ouço com muito prazer V.Sa., que já convidei há 2 anos seguidamente para fazer uma reflexão desta no meu Estado, que precisa ter olhar mais atento ao que acontece no Brasil e fora dele. Nós somos uma ilha isolada



neste contexto nacional, haja vista que brigamos até hoje por infraestrutura e logística, o que não acontece.

Mas o que mais me chama atenção, primeiro, é ainda existirem pessoas como o senhor, que têm, como disse Imbassahy, a capacidade de vir a público, a coragem, a vontade, a determinação de fazer um questionamento sobre gestão pública, porque me parece que gestão política sempre ganha de gestão pública: resolve-se aumento de Ministério por gestão política; acordam-se projetos para votação nesta Casa por gestão política. Na verdade, nós não somos chamados à mesa para discutir exatamente o que o Brasil, que planejamento este País tem.

Eu vou a uma sessão no Palácio, vejo o Plano de Obras de Infraestrutura e Logística e fico tentando apalpar o resultado disso na prática, haja vista uma frase, uma colocação pequena que o senhor fez na trajetória de sua palestra sobre a produção de projetos. O Brasil não produz projetos de natureza nenhuma; não gasta o dinheiro que tem em transporte, porque não tem projetos; e, como não tem projetos, não os executa.

Então, nós estamos aqui falando, e estou refletindo junto com o senhor — estou no sétimo mandato, não sei nem se quero ter mais — se é questão de buscar esse planejamento, porque não é momento mais de se dizer toda hora planejamento estratégico, falta de gestão pública, mas o que é necessário para aumentar e melhorar o desenvolvimento do Brasil e o que é importante.

Nós estamos cheios de propostas, de iniciativas, de programas, de parcerias, mas é como andar numa estrada e ver a velocidade que desenvolve seu carro: de repente, você acha que está andando muito depressa, mas vai chegar a 10 quilômetros daqui a pouco, e por que não vou mais devagar, cuidadosamente, para não ocorrer um acidente? Neste País, nesta Casa, onde nós fazemos a nossa pauta de trabalho, nós provocamos acidentes, colisões todos os dias.

De repente, há uma reunião no Palácio e se diz: *“Chega de gastos!”* Concordo, chega de gastos, chega de projeto parado, chega de falta de projeto, chega de falta de gestão, tudo isso. No meu Estado, nós demoramos 15 anos para aprovar o projeto do manganês na região de *(ininteligível)*. E, da bauxita, nós estamos na casa dos 12 anos. Para a concessão de qualquer lavra, tem um mistério



tão profundo em cima das coisas, que nós pensamos: por que temos essa riqueza, se não vamos explorá-la, se não vamos dar finalidade, resultado a ela?

Estamos fazendo um Código de Mineração. Daqui a pouco, nós seremos empurrados contra a parede sem saber, porque a discussão vai ser alíquota. Quer apostar? Vamos ficar em cima não da discussão do Código, mas da alíquota pura e simplesmente.

Eu não quero fazer muro de lamentações. Eu fui Relatora do Bolsa Família, pedi uma saída para o programa, e vi até Lula dizer na televisão — eu gosto dele, eu o admiro —: *“Todos que pedem uma saída para a questão do Bolsa Família estão querendo que o pobre não tenha nada”*. Não é verdade, eu quero que o Bolsa Família exista, mas que a pessoa seja capacitada, para que entre para o mercado de trabalho e não viva das migalhas. Como Relatora, só apanhei. Apanhei o tempo todo, porque eu dizia isso. Parecia uma heresia dizer isto: vão aumentar o Programa Bolsa Família para 14, 15, 16, 17, e depois? E quando ele acabar?

Evidentemente, quero ler um livro seu, porque quando fala de gerenciamento, de governança, eu gostaria de entender como isso se dá, como pode acontecer, se dentro de um projeto dessa natureza, tem um homem como o senhor, com seu gabarito, com sua experiência, que pode ajudar para que saíamos do patamar da reflexão para as ações, e o Governo não aprovou tudo isso em proveito até da nossa própria Nação.

É o que eu queria dizer. Desculpe, não é um desabafo, mas gostaria que o senhor respondesse se contribui mais fora, sendo um andarilho por este País e fazendo propostas às quais a sociedade possa se agregar, a sociedade produtiva, e fazer não vou dizer uma revolução, mas uma reviravolta. Talvez revolução, minha militância passada me permite dizer isso. Ou é melhor o senhor estar dentro e tentar fazer as modificações necessárias para dizer que estamos caminhando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputada Rose de Freitas.

Eu quero anunciar às Sras. e aos Srs. Parlamentares que já falaram e aos que ainda vão falar que o Dr. Jorge Gerdau nos dá uma alternativa, Deputado José Otávio Germano.



Nós vamos transformar este material em vídeo e encaminhar ao Deputado Jorge Gerdau...

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Deputado ainda não. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Desculpe-me por esse equívoco. *(Risos.)*

Então, é um alternativa para que, depois, o Dr. Jorge Gerdau, de forma mais completa, possa responder a cada uma das colocações que estão sendo feitas aqui no plenário desta Comissão.

Vamos, então, ao ex-Líder do PSDB na Câmara, ilustre Deputado Duarte Nogueira, sempre Líder, e, na sequência, aos Deputados Marcio Junqueira, João Carlos Bacelar, Nelson Marquezelli e, para finalizar, Vitor Penido.

Quero pedir novamente a V.Exas. que sejam objetivos, porque estou sendo extremamente pressionado pela assessoria do Dr. Jorge Gerdau, que tem compromisso às 13 horas, e eu já estou bastante atrasado com a agenda que combinamos, eu e o Deputado José Otávio Germano, com o Dr. Jorge Gerdau.

Deputado Duarte Nogueira, V.Exa. tem a palavra

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Dr. Jorge Gerdau, é uma alegria poder participar desta audiência com o senhor. Eu me lembro bem do Governador Mário Covas, de quem fui Secretário de Habitação, um admirador da sua pessoa, que dizia que, não fosse o sotaque alemão, o senhor já teria sido Presidente da República. Ainda tem tempo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Eu ouvi atentamente parte da sua exposição, os três pontos na qualidade da educação, nos gargalos logísticos, na revisão do sistema tributário, e opino aqui que houve um relaxamento muito ruim para o País no atual Governo no que diz respeito à gestão, sob aspecto meritocrático, à governança e à ausência, muito clara para nós, de planejamento, o que, na verdade, é a falta de fixação de metas de médio e de longo prazo.

Acrescentaria a esses três pontos um sentimento de natureza pessoal, o crescimento da insegurança e da instabilidade jurídica, na minha opinião, por capricho político, por miopia num atraso ideológico na tomada de decisões dos atuais governantes, que causou um estrago muito grande para o País, em pilares do



nosso desenvolvimento, como é o caso da PETROBRAS e da ELETROBRAS, esta piada de mau gosto que foi a redução demagógica do preço da energia, que, na verdade, não ocorreu. Isso tem consequência no crescimento do País, que este ano, segundo o Banco Central, no relatório *Focus*, aponta que não irá crescer mais do que 2,5%. Infelizmente, o *Focus* também projeta para 2014 2,1% de crescimento, o que é muito ruim.

Então, este modelo do atual Governo baseado no desenvolvimento, na expansão do consumo e no aumento do crédito, quase que setorialmente, se esgotou. Nós temos hoje um bolo fiscal altamente concentrado nas mãos da União, que, com o instrumento das contribuições, que são recursos, tributos não compartilhados, alarga a concentração com 60% em suas mãos, prejudicando os Estados, que ficam com 26%, e os Municípios, que são 5.565 no País, com apenas 14% do bolo fiscal.

Então, como governar é escolher, Dr. Jorge, o Governo atual tem escolhido mal, não tem projeto, não tem planejamento. Só para ficar no aspecto da saúde, que envolve qualidade de vida e desempenho da capacidade de trabalho do País, de 2000 para cá, os investimentos do Governo Federal caíram de 56% para 44%. Nesses dois anos e meio, houve um fechamento de 13 mil leitos do SUS, e, sem leito, não adianta Mais Médicos, porque mais médicos passam a ser ineficazes.

Pela primeira vez na história, Dr. Jorge Gerda, o senhor sabe disso, o País teve crescimento no analfabetismo. Uma coisa totalmente anacrônica, contra a realidade brasileira.

No caso do seu setor, o senhor é um dos principais líderes do setor industrial, o crescimento caiu e projeta para 1,72% para este ano.

Nós temos uma inflação, para 2013, de 5,85%; para 2014, ainda maior, 5,95%, ou seja, sempre no teto da meta e não na média da meta que é fixada. E o *Relatório Global de Competitividade*, que começou em 2006, e já tem sua edição de 2013, com 148 países, que a gente usa inclusive para medir os 12 pilares de desenvolvimento e de crescimento, o Brasil está na 48ª posição. De 2006 para 2013, nós caímos 12 posições na área de inovação, que é o arcabouço, o sustentáculo, de qualquer mola de desenvolvimento, de 37º para 48º.



Na educação superior, um dos pontos que o senhor coloca em primeiro lugar, em treinamento, o Brasil caiu 10 posições de 2006 para 2013, de 56º para 66º. E, pasmem, na educação primária e na saúde caímos 29 posições de 2006 para cá, de 59º caímos para 88º.

Como a gente pode fazer uma comparação com o bloco europeu, com Estados Unidos e Japão, nós vamos ficar só no bloco ao qual nós somos semelhantes, BRICS: a China vai crescer 42,5%; a Índia, 32,2%; a Rússia, 21,7%; a África do Sul, 19,3%; e o Brasil, 17,9%. Crescer não, formação de capital de poupança. Hoje, a imprensa colocou nos jornais que o BNDES já está financiando 19,7%, agora, no segundo trimestre, famílias e empresas. O que acontece com isso? O Governo deslocou a questão da poupança do setor privado para financiar seu déficit corrente e seus investimentos. E a poupança privada caiu ao menor nível desde 2000, Dr. Jorge, para 15,7%. Somando os 2,2% dá os 17,9% da poupança do País, que, desta maneira, infelizmente, não vai crescer.

Então, eu indago ao senhor quais são as reformas prioritárias que nós temos que começar a fazer para poder reduzir a despesa meio, para poder melhorar o aspecto do ambiente meritocrático, a eficiência de gestão, e como é que a gente vai alavancar com mais intensidade a inovação brasileira para promover o nosso desenvolvimento?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Eu devo compartilhar com o plenário uma manifestação que acabo de ouvir do ilustre Dr. Jorge Gerdau a propósito do alto nível das colocações que estão sendo feitas aqui no plenário desta Casa pelas Sras. e pelos Srs. Parlamentares, Deputada Rose de Freitas.

Vamos, na sequência, rapidamente, peço novamente, aos Deputados Marcio Junqueira, João Carlos Bacelar, Nelson Marchezan e, finalmente, Vitor Penido.

Deputado Marcio Junqueira, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente Paulo Abi-Ackel, Sr. Presidente José Otávio Germano, Dr. Gerdau, nobres colegas aqui presentes,



quero, primeiro, registrar que hoje escutei, acima de tudo, um brasileiro. Mas o comentário que quero fazer é para nós mesmos, Presidente.

Foi colocado aqui que nosso convidado, o ilustre brasileiro Jorge Gerdau está angustiado, e que tem que se manter na luta. Só se ele agora se agarrar no tapa, porque mais do que ele tem lutado... Acho que cabe a nós sim lutar. Foi dito aqui por Dr. Gerdau que há 30 anos — há 30 anos! — o Brasil cresce 2%. Eu que também conheço um pouco do meu País sei que temos minério de ferro, nióbio, bauxita, petróleo, como foi dito, e, acima de tudo, terra e água, a grande mistura da vida.

Estive com o Embaixador da Bielorrússia, Dr. Gerdau, no meu Estado de Roraima, onde passou 1 dia só, e eu lhe mostrei dois, três projetos pequenos. A Bielorrússia exporta para nós uma quantidade enorme de ureia. Nós importamos deles 1,6 bilhão de dólares por ano. O Embaixador me disse que, se a Bielorrússia tivesse um terço do que viu hoje em Roraima, seria o Estado mais rico da Europa, porque lá eles têm que plantar no verão, colher, ferrar, porque no inverno não tem onde comer.

Eu fico nos observando, com tudo isso que relatei aqui, e vejo o Japão, que é uma ilha, Deputada Rose. Mas a ilha tem a Toyota, a Honda, a Mitsubishi; não tem manganês, nióbio, bauxita. Nós temos, e eu não vejo um carro brasileiro. Não vejo! Bernardo disse que parece difícil. Ele não está mais aqui. Eu não acho difícil.

É necessário sim, Deputado Paulo Abi-Ackel, não só o vídeo do Dr. Gerdau, a história dele já é um longa-metragem, um *best-seller*. Acho que falta a nós sim escrever a nossa história; falta ao Congresso escrever a sua história; falta assumirmos o nosso papel, como o Executivo tem assumido, inclusive nos atropelando, como o Judiciário tem assumido. E nós? Somos nós que fazemos as leis. Por que não saímos daqui hoje com o seguinte encaminhamento? Vamos todos subscrever um projeto de lei criando um conselho estratégico brasileiro que pense o País acima das questões políticas, que licencie, porque é muito fácil nós ficarmos aqui na utopia. Mas, para construir uma hidrelétrica no nosso País... Por isto o Brasil foi construir na Guiana Inglesa: porque lá não tem Ministério Público Federal, não tem IBAMA, não tem ICMBio, não tem FUNAI; lá não é um parto para se conseguir uma licença ambiental.



Então, quero terminar dizendo que, assim como a Deputada Rose disse que quer ler o livro do senhor, eu também quero ler o que o senhor já publicou, mas quero ter tempo. E que o Brasil aconteça num tempo possível para o senhor escrever outro livro sim, com o título que Rose falou: a revolução do Brasil. Nós temos que assumir nosso papel. Dr. Gerdau é inspiração. Tomara que o que ele disse hoje fique efetivamente gravado nas nossas cabeças, e que assumamos nosso papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Marcio Junqueira.

Com a palavra o Deputado João Carlos Bacelar e, na sequência, os Deputados Nelson Marchezan Junior e, para encerrar, Vitor Penido.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Abi-Ackel, da qual eu tenho orgulho de participar, Presidente José Otávio Germano, Dr. Jorge Gerdau, o senhor é um dos empresários que reputo ser orgulho do Brasil, no País e no mundo. Tudo o que o senhor disse aqui, e o fato de ser empreendedor, como é, tem que ser referência para as gerações vindouras, para nós brasileiros.

Então, quero parabenizá-lo por esta aula de empreendedorismo e de economia que nos deu aqui hoje, nesta Comissão.

Mas, eu queria aqui, Dr. Gerdau, falar um pouco da indústria do setor eletrointensivo, da qual, tão grande empreendedor que é, faz parte. Como estudioso desta Comissão, muito nos deixa tristes como brasileiros quando vemos algumas indústrias nossas indo para o Paraguai por causa do custo da energia. O senhor sabe muito bem o que isso representa. O senhor sabe muito bem, porque sente no dia a dia.

E, como componente do preço final desses produtos — alumínio, siderurgia, petroquímica, papel e celulose —, várias fábricas estão fechando aqui e migrando para outros países da América do Sul e do mundo. Digo América do Sul porque temos o Paraguai, vizinho, cujo potencial que não podemos comparar com o brasileiro. E lá se dá incentivo às indústrias eletrointensivas, que têm ido para o Paraguai e para o Uruguai. Cito como exemplo a Rio Tinto Alcan, com quase 4



bilhões de dólares em investimento que deixou de ser feito no Brasil para ser feito no Paraguai. cito a Stora Enso, uma fábrica de celulose que também deixou de ser investida aqui. Como baiano, sinto a dificuldade que Gerdau USIBA tem na unidade fabril no meu Estado. Vejo a novela também de uma fábrica da Bahia que fechou devido ao custo da energia.

No País, hoje, é inadmissível que percamos nossa competitividade industrial devido a este alto custo de energia, e defendo nesta Comissão arduamente seu barateamento para a indústria, porque sei que com isso haverá geração de empregos e divisas para os Estados.

Aí, Dr. Gerdau, citarei um pouco do setor termelétrico, que o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, que me antecedeu, falou, mas de forma muito sucinta. O gás natural é cada vez mais utilizado. Eu queria uma posição do senhor sobre seu preço. Sendo a PETROBRAS uma controladora vertical da cadeia de que participa em exploração, produção, carregamento, transporte, distribuição e geração termelétrica, o insumo do gás representa algo em torno de 45% no custo de geração durante o período de amortização dos investimentos. A União deveria retomar os gasodutos de transporte da PETROBRAS e da TRANSPETRO e conceder à iniciativa privada, com base na Lei do Gás, quebrando esse controle e proporcionando o escoamento da produção de outros produtores de gás que estão surgindo no Brasil, com as rodadas de leilão para exploração de óleo e gás patrocinadas pela ANP. Qual a sua posição em relação a isso? O que o senhor acha da PETROBRAS? Deveria ser ou não excluída do transporte? Eu sei que isso iria baratear muito o custo da energia industrial no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado João Carlos Bacelar. Muito obrigado pela participação de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Nelson Marchezan Junior.

Na sequência, para encerrar, Deputado Vítor Penido.

Antes, porém, quero agradecer a presença e participação do Deputado Camilo Cola conosco durante toda a manhã.

O SR. DEPUTADO CAMILO COLA - Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, Deputado Paulo Abi-Ackel, Deputado José Otávio Germano, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, saúdo V.Exas. e os colegas aqui. Quero saudar também o Dr. Jorge Gerdau. Não preciso fazer referência à sua competência, mas à sua persistência, dedicação e resistência em dar murro em ponta de faca, que sempre merece ser reiterada.

Eu não vejo a possibilidade de o setor público mudar intrinsecamente, ou seja, de ele fazer a mudança nele mesmo, afinal, se o padeiro da esquina for incompetente, aumentar as despesas, não controlar e não fazer uma boa gestão, ele quebra; o setor público aumenta imposto. É muito simples.

Portanto, dificilmente vejo esta mudança vir de dentro e acho que temos a nossa parte aqui. O Legislativo tem uma participação gigantesca nisto, basta citarmos como exemplo a votação do Código de Processo Civil, que resolverá o problema de dezenas de milhões de brasileiros e empresas, que está trancada porque os advogados públicos querem honorários. Eles ganham subsídio. A Constituição proíbe qualquer outro abono, vantagem, etc. Então, trancou o CPC, que é do interesse de uma Nação inteira devido ao interesse de uma corporação. Aqui, se seis baterem panela, 60 milhões serão prejudicados, porque aqui barulho de panela faz um grande efeito.

Há 15 dias aprovamos aqui na Câmara dos Deputados a carreira única do Judiciário. Não conseguimos pagar o piso dos professores, nem os 12% para a saúde, em investimento nem se fala, mas aprovamos aqui a carreira única do Judiciário. Então, despesa é muito fácil. Bondade é muito fácil. E não há como fazer investimento e administrar bem, se as despesas vão sempre crescendo — e são despesas que não mais podem ser cortadas.

Então, eu não vejo essa possibilidade. Para mim, a grande reforma seria a transparência, Dr. Jorge, pois combateria a incompetência, a corrupção e os privilégios. Eu também não vejo que o setor público, por ele próprio, queira ser público. Não será. São só discursos. O setor público não será público por vontade própria. Então, eu vejo que há de se ter pressão da sociedade.

Mas, para mim, que alegremente vi as manifestações, sobre as quais o senhor falou, tenho que as manifestações foram do cidadão — do pai, do filho e do



avô — por justiça dos impostos, da saúde. Eu não vi lá a chamada sociedade civil organizada, ou seja, partido, sindicato, federação, ONG não participaram desta indignação, porque eles estão corrompidos ou loucos para serem corrompidos. Eles estão acuados e com medo; ou eles estão tentando sobreviver. Então, a sociedade civil organizada, de alguma forma, não está neste momento organizada para propor essas mudanças. E não vejo nos órgãos internos de controle — afinal, lobo não come lobo —, tais como o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados essa movimentação.

Então, Dr. Jorge, a pergunta é: como politicamente faremos essa mudança? Como o senhor imagina que isso se dará, reiterando a minha descrença no setor público pelo setor público? E acho que, momentaneamente, a sociedade civil — que deveria ser organizada e poderia orientar os botões a serem apertados no setor público — passa por uma desorganização, por vários e inúmeros motivos. Como faremos isso então?

Só para concluir, a racionalidade não chegou ao setor público. O iluminismo ainda não chegou. Todo mundo aqui sabe o que tem que fazer. Todo bom gestor sabe o que tem que fazer. E, se não sabe, sabe quem tem que chamar. Tem que chamar o Gerdau, o Falconi, o especialista daqui ou dali. Todo mundo sabe. Mas não faz porque a racionalidade não chegou lá. O que domina não é o iluminismo, que não chegou ao setor público. Então, como fazer esta mudança, Dr. Jorge?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Deputado Vitor Penido, V.Exa. tem a palavra, por um minuto, para o encerramento desta fase.

O SR. DEPUTADO VITOR PENIDO - Primeiramente, cumprimento aqui o nosso amigo, ilustre Presidente da nossa Comissão, José Otávio Germano, essa pessoa que tive o prazer de conhecer quando cheguei nesta Casa há 7 anos; o mineiro Paulo Abi-Ackel, que preside esta audiência; e o Dr. Jorge Gerdau.

Dr. Jorge Gerdau, o senhor realmente, sem dúvida nenhuma, é um dos melhores exemplos de brasileiro — apesar de terem brincado aqui sobre a sua origem alemã. Com certeza, acho que o Brasil perde muito por não ter pessoas com a sua experiência e o seu conhecimento participando de forma mais ativa da administração pública. A gente sabe que no Brasil, não é só em nível de Governo



Federal, mas também nos Estados, nos Municípios e na União, o que falta é gestão. A palavra principal é gestão.

Os Municípios brasileiros, hoje, infelizmente, reclamam demais de renda, de receita. Mas, na verdade, a preocupação desses administradores não é com a receita, para a maioria deles a preocupação é inchar a máquina pública. Se eu fizer um levantamento hoje nos Municípios brasileiros, posso afirmar que 40% do que se gasta nos Municípios hoje é com empreguismo, empreguismo. E aí não tem como resolver problema de infraestrutura e essas coisas todas. O primeiro ponto é esse.

A educação nossa dispensa comentários. Para os nossos governantes, a preocupação não é realmente oferecer um ensino de qualidade, mas, sim, mostrar para o mundo que o nosso País é alfabetizado, sendo que o ensino fundamental hoje no nosso País tem um percentual enorme de alunos que dele saem sem saber ler e escrever. Isso é o mais grave. Esse é um problema seríssimo.

Dr. Jorge, presentes aqui estão colegas Parlamentares do PP, PR, PMDB, PSD, PSDB, Democratas, PPS; mas o partido que o convidou para fazer parte do conselho não está aqui para fazer perguntas ao senhor, ilustre Dr. Jorge Gerdau — nenhuma pergunta. E também não está aqui para ouvir as lições que o senhor passa para a gente aqui. Nenhuma pergunta do PT foi feita para o senhor. Todos os demais partidos fizeram... Será que eles sabem o quanto o senhor, como colaborador, tem sido útil?

Estou olhando aqui, já olhei para trás, para frente, e não tem ninguém aqui do PT. Será que não? Já perguntei aqui.

Só para concluir, Dr. Jorge, gostaria de dizer para o senhor que vários Parlamentares estão perguntando qual seria a receita; mas acho que não precisa de receita, acho que esta Casa aqui — por ser a Casa das leis — é responsável por essa baderna que está em nosso País hoje, em todos os níveis. E digo isso porque se vota aqui piso salarial nacional, mas em Roraima a realidade é uma; em São Paulo, é outra. É completamente diferente. E nós votamos! A maioria vota! E aí não é só o PT.

Então, o problema está nesta Casa aqui. Eu acho que não está sendo falado aqui — para darmos essa resposta sobre o que fazer — que os partidos têm que sentar falar: *"Oh, gente, chega! Basta! Basta! Nós não podemos continuar aceitando.*



Não vamos votar mais nada nesta Casa até o momento em que nós tomarmos uma direção aqui dentro".

A culpa é nossa! Não vamos culpar o Executivo, não! A culpa é nossa!
(Palmas.)

Só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito bem, Deputado Vitor Penido. Pede a palavra, Dr. Jorge Gerdau, o Deputado Izalci, para finalmente encerrarmos.

Eu queria registrar que esta é uma audiência conjunta. O Deputado José Otávio Germano me concedeu a honra de presidir a sessão, mas esta sessão é conjunta, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Minas e Energia.

Faço questão de deixar isso registrado: é uma iniciativa conjunta. O Deputado José Otávio Germano me concedeu a honra de presidir toda a reunião; embora eu tenha querido dividir com ele a Presidência.

Muito obrigado por esta oportunidade, José Otávio Germano, nesse dia tão importante nesta Casa.

Deputado Izalci, para encerrar. Nós estamos com o tempo extremamente limitado.

O SR. DEPUTADO VITOR PENIDO - Eu esqueci de falar que na minha cidade, Nova Lima, quando eu era Prefeito, o senhor teve uma empresa lá, que era uma fábrica de parafusos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito bem, Deputado Vitor Penido.

Deputado Izalci, rapidamente, por gentileza.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de, primeiro, parabenizar o nosso querido Jorge Gerdau não só pela sua competência como empresário, mas principalmente pela disponibilidade que ele tem de contribuir para o País e para os Estados.

Eu quero agradecer pessoalmente a colaboração, quando lancei aqui o Brasília 100 anos, que é o planejamento estratégico de Brasília. Eu tive uma conversa com o Dr. Jorge Gerdau, e quero agradecer pela força dada ao projeto.



Sr. Presidente, nós falamos muito aqui em impostos, arrecadação e tributos. Ontem nós fizemos uma reunião com o Tribunal de Contas da União e percebemos que o Governo esgotou a questão da arrecadação. Hoje, em Brasília, nós lançamos a Associação Comercial e o Impostômetro, que já está em quase 1 trilhão e 500 milhões de reais de arrecadação em impostos.

O que é uma vergonha neste País são os gastos públicos — não há controle nenhum em área nenhuma, em projeto nenhum, nem sequer aplicação, imaginem então os resultados. O Governo não apura resultado de nada, de programa nenhum. Como não tem mais como aumentar os impostos, o Governo deveria fazer o dever de casa e melhorar a aplicação dos recursos.

Eu quero colocar para os colegas que hoje à tarde, Sr. Presidente, nós votaremos a PEC nº 290, que diz respeito à reforma da Ciência, Tecnologia e Inovação. Eu gostaria de contar com a presença de todos, para que possamos votar hoje esta PEC que vai revolucionar a ciência e a tecnologia, introduzindo na Constituição a inovação e a flexibilização de outras matérias referentes à ciência e à tecnologia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Izalci. Vou conceder a palavra ao Dr. Jorge Gerdau, lembrando aos senhores que, conforme combinado com o Dr. Jorge, todo o material da reunião de hoje será enviado ao Dr. Jorge em DVD, e o Dr. Jorge, como combinamos, coloca-se à disposição para promover uma resposta direta, feita a posterior, a cada um dos Srs. e das Sras. Parlamentares que fizeram as indagações.

Quero dizer ao Dr. Jorge Gerdau que o entusiasmo da plateia foi tão grande que infelizmente não pude cumprir o compromisso feito com o senhor em relação ao horário. Sei que o senhor tem uma audiência com o Ministro de Estado da Fazenda daqui a pouco, às 13h30min — já está atrasado para esta audiência, não vai almoçar. Portanto, quero deixar o senhor à vontade para responder de maneira breve e, depois, responder diretamente a cada um, por correspondência.

Muito obrigado.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Sr. Presidente Paulo Abi-Ackel, a primeira observação que eu gostaria de fazer é que eu estou deveras impressionado



com a qualidade dos posicionamentos dos Srs. Deputados. Por quê? Porque eu senti uma extrema sensibilidade e percepção da parte dos Deputados em relação aos desafios que temos à frente. De forma direta ou indireta, eu diria que praticamente o tema principal foi a necessidade de melhorarmos e aprimorarmos a gestão.

Há algo interessante que eu me permitiria mencionar neste sentido: eu vou trabalhar com capricho nestes posicionamentos dos diversos temas porque foram colocados temas extremamente interessantes tanto em relação à energia quanto, principalmente, em termos globais, quanto ao tema da gestão e ao que é preciso mudar ou não.

Hoje, realmente eu tenho dúvida se nós reconhecemos, com base nos depoimentos que os senhores colocaram — foi dito que nós chegamos ao teto da carga tributária —, que só existe uma solução neste processo: tentar fazer mais com menos, frase que às vezes aparece por aí.

Existem posicionamentos que são tremendamente complexos. Eu tenho meditado, trabalhado, analisado este tema pela própria obrigação que tenho na Câmara de Gestão. Perguntaram como é que ela funciona. Eu trabalho mais como um conselho — são quatro representantes da sociedade civil e quatro Ministros —, em que se debatem vários temas macro, com várias soluções. Mas eu, pessoalmente, tenho trabalhado dois dias por semana quando venho a Brasília e acompanho, com as consultorias, o que está acontecendo. Nós temos trabalhado para avançar.

Hoje eu tenho uma convicção. O Deputado Marchezan colocou um pouco e, quando eu mencionei a palavra angústia, como fez o senhor, a minha angústia é um tema positivo. Eu estaria preocupado se eu não tivesse angústia. A minha angústia reside na busca de soluções. Pode parecer meio utópico, mas eu não perdi a esperança de que nós vamos avançar. Por quê? Porque com o MBC, durante 10 anos, nós trabalhamos em melhorias de gestão em governos estaduais em algumas cidades.

Eu não vou entrar em detalhes, mas eu diria que, no meu entender, existem quatro governos estaduais dos 11 com os quais trabalhamos em que houve uma mudança cultural, em termos de gestão. Existem algumas prefeituras em que



aconteceu este fenômeno também, e hoje o tema da gestão passou a integrar o raciocínio das lideranças, entre as quais algumas lideranças jovens, que assumiram uma mudança de comportamento e que me dão esperança.

O que nós realmente temos que fazer diante dos desafios? Foi colocada uma ideia, e eu tenho a convicção de que nós temos que realmente — eu acho que o Congresso, de fato, é a Casa certa — debater aonde nós queremos chegar. Para isso, talvez nós tenhamos que definir 15 macrometas, para concentrar. Depois, para que essas metas sejam atingidas, precisamos ver o que tem que acontecer. Indiscutivelmente vai-se entrar em burocracias, vai-se entrar em temas para possibilitar a melhoria da gestão.

Eu digo, de forma absolutamente evidente, o seguinte. O Brasil já tem hoje meia dúzia de órgãos que trabalham por sistemas de meritocracia. Nós temos, tipicamente, o Itamaraty, o Exército, o Banco do Brasil, o BNDES, etc., instituições que trabalham essencialmente por métodos. Por quê? Essas instituições têm funções de Estado, funções de governo que mudam as orientações macropolíticas e existe ainda a área de administração.

Eu vou falar de um tema que atinge grande parte do processo político. Quando o processo político passa a ser gestor administrativo, o risco de não andar dentro das necessidades corretas é enorme. Por que esses órgãos que têm sistemas de administração meritocrática funcionam? Hoje ocorre algo impressionante. O Banco do Brasil tem sistemas de que o profissional que foi promovido, se não atingir as metas, é rebaixado. Eles nem falam muito sobre isso para não haver revolução sindical nesse processo — até fizeram um arranjo, vamos dizer, ou a corporação inteligentemente absorveu.

Enquanto nós estivermos num setor complexo e não trabalharmos por meritocracia, eu lhes digo o seguinte... Hoje, eu tenho convivido com administradores profissionais de carreira, fenômeno que começou com o Governo Sarney. Eu acho que são cerca de mil. Com essa gente se faz um governo absolutamente profissional, se quiserem fazer. Há homens em postos-chaves que são realmente...

O senhor falou sobre o tema das prefeituras. Eu tenho dúvida se em qualquer atividade profissional eu não deveria ter reivindicações de patamar profissional em



qualquer tipo de gestão, mesmo para cargos eletivos executivos. Eu tenho uma frase terrível. Eu me preocupo com a educação. Eu tenho problemas em empresas minhas que eu tive surto de meningite, e eu disse: “*Vamos vacinar*”. Empresa com 5.600, havia 9 mil operários na obra. Em Município que tem 20, 30 mil habitantes, eu disse: “*Temos que fazer a vacinação*”. E foi dito: “*Mas isso vai sair na imprensa*”. Essa é uma visão não profissional do Secretário de Saúde dizer que o assunto vai sair na imprensa. Houve mortes. Graças a Deus, nós conseguimos resolver o problema. Pode um profissional, gestor de saúde de um pequeno Município não buscar a solução da saúde por causa uma visão política? É o não profissionalismo.

Eu menciono esse caso porque, como eu estou em mais de 200 lugares aqui no País, isso me dá uma angústia enorme. E eu procuro participar com as comunidades na educação, na saúde.

E eu tenho uma pergunta. Foi tocado no analfabetismo funcional. Isso foi feito até lá por nós. Pela estatística, um trabalho *pro bono* feito pelo IBOPE, 40% das crianças do 4º ano são analfabetas funcionais. Essa criança, no meu entender, sem um tipo de atuação corretiva, é perdida. Então, socialmente é um crime. Saiu a medida da Presidenta no campo da alfabetização na idade certa, o que é extremamente importante. Só que a execução desse processo do campo é uma batalha enorme, difícil.

O que dá para predominar na visão dos senhores? É o tema de gestão. Eu estou convicto de que esse tema é importante. A nossa estrutura e mentalidade gerencial da estrutura burocrática do País é como se fosse de um país de 40 milhões de habitantes ainda e não de 200 milhões, um país que não tem que enfrentar uma globalização e seus desafios.

Nós temos que trabalhar na capacitação e gestão. Nós já conseguimos em alguns Governos estaduais patamares bons. A cultura de mudança e gestão é programa de 10 anos e não de 2 anos. Numa empresa privada, você leva 4 a 5 anos, se tiver muito sucesso em fazer uma revolução gerencial. Tenho experiência porque comprei empresas pelo mundo todo. E como é difícil fazer mudanças comportamentais.

Na realidade, eu digo o seguinte: eu estou convicto hoje de que nós temos que humildemente sentar, trabalhar, debater, dentro de uma visão do Brasil. Na



realidade, eu acho que culturalmente este País não têm divergências radicais que não viabilizem os objetivos comuns. Eu acho que os objetivos comuns não são muito diferentes. Lógico que na disputa política as diferenças acontecem, porque há problema de espaço físico e de poder, e a disputa é normal. Realmente, é preciso discutir aonde nós queremos chegar e quais são os mecanismos. Pode haver um pouco de divergência, mas o mundo hoje nos obriga a achar esses caminhos.

Não adianta fugir da ortodoxia financeira. No mundo só há dois modelos: ou você obedece justamente o mercado aberto e busca a eficiência que o mercado fornece ou faz o intervencionismo. Para quem gosta de intervencionismo, nós temos o *benchmark*. Nós temos dois *benchmarks* aqui na América Latina, outros lugares do mundo também têm, que é Cuba e Venezuela. Então, falta tudo, etc. Então, a gente tem que escolher se procura explorar o mercado com inteligência, usar o espírito animal em benefício da sociedade.

Agora, a visão estratégica, aonde temos que chegar, é um tema de governança da maior importância. Eu larguei essa pergunta desse tema. Eu acho que deveria realmente se formar uma composição múltipla dos partidos, para debater, construir os objetivos e eventualmente dizer assim: eu quero 15 indicadores, para ver se nós estamos no rumo a que nós estamos querendo chegar ou não. Eu acho que nós temos que trabalhar com humildade nessa coisa. Hoje é preciso sociedade civil, Congresso, academia e Executivo participarem dessa construção, mas eu acho que a tarefa de curto prazo não atende mais ao desafio mundial, não atende mais à necessidade social, não atende mais à competitividade econômica. Nós temos três desafios enormes: a aspiração social, a competitividade econômica e o cenário mundial.

O cenário mundial é uma loucura. A nossa capacitação para enxergar o que está acontecendo no mundo deve ser no sentido de que temos que fazer tão bem ou perto do melhor do mundo, ou alguém pode competir em alguma coisa se não fizer? Nós temos um monte de coisas que nós já fazemos tão bem ou melhor do que o mundo, mas não é suficiente. A gente tem que buscar patamares em tudo, padrão de qualidade mundial, não adianta.

Aí entra o problema do dólar, da moeda. Não tem cabimento, nós sempre tivemos o Big Mac 40% mais barato do que o americano; hoje é 16% mais caro do



que o Big Mac americano. O que aconteceu? Eu olho para o Big Mac para saber. Nos países que concorrem comigo — Rússia, Turquia, China, etc. —, o Big Mac deles ficou lá embaixo, continua 40% mais barato do que o Big Mac americano, com referência em dólar.

O economista tem essa estatística. Eu olho para ela para ver o mundo real. O mundo real é pão, trigo, aluguel do prédio, energia. Esse é o mundo real da moeda. Essas distorções nos levam a uma posição que você tem que analisar: como é que eu vou conduzir? Pergunta: nós tínhamos quase trinta e tantos por cento de participação do PIB industrial. A Alemanha tem uns 25 ou 28%. Um país com 200 milhões pode cair para um PIB de 13%? Eu larguei uma pergunta na reunião do Conselho de Desenvolvimento Industrial lá. Quem é que disse que não vamos cair a 6% diante do que está acontecendo? Eu fico louco, porque este País construiu uma indústria fantástica, da qual nós temos orgulho, e eu estou preocupado.

E o *commodity* é um troço espetacular para enriquecer, mas também é espetacular para empobrecer. O ciclo do *commodity* vai e volta. Já aconteceu: o Brasil nadava em divisas depois da Segunda Guerra Mundial, a Argentina não sabia onde estocar o ouro nos corredores do Banco Central, de tanto dinheiro que tinha. Foi o ciclo de ouro dos *commodities*. Nós estamos vivendo um ciclo de ouro, nós vivemos, mas já caiu, hoje já está uns 10% ou 15% mais barato do que estava. Será que fica ou não fica? Eu não sei. A verdade é que um país como o Brasil não pode depender de um ou dois setores, nós temos que diversificar com a nossa capacidade.

Essas são discussões macroeconômicas que entram na discussão de definições. Vamos dizer: tomar políticas de comércio exterior. Eu acho válido o Brasil fazer políticas Sul-Sul, mas eu estou louco para ter 20% daquilo que os chineses conseguem exportar para os Estados Unidos. Tem que ser aberto ou não tem que ser aberto? Eu acho que tinha que ser aberto.

Bom, eu já esgotei o meu tempo com os senhores. Para mim foi uma honra e um prazer. Eu vou trabalhar com muita seriedade nesse material, porque, pela qualidade dos questionamentos que eu recebi, são profundamente estimuladores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Quero pedir às Sras. e aos Srs. Parlamentares apenas que nós possamos encerrar a sessão, agradecendo a esse grande brasileiro, Dr. Jorge Gerdau — tantos elogios a ele fizemos —, principalmente a disponibilidade de tempo para atender a todas as colocações feitas pelos Srs. Parlamentares.

Desejo ainda cumprimentar o Dr. Claudio Gastal, que é Secretário Executivo do Conselho de Gestão presidido pelo Dr. Jorge Gerdau.

Agradeço ainda a presença dos Srs. Parlamentares, das demais autoridades, da imprensa e de todos os demais presentes, inclusive dos funcionários da Comissão de Ciência e Tecnologia, na pessoa da Dra. Myriam de Oliveira, e da Comissão de Minas e Energia, na pessoa da Dra. Damaci Miranda.

Quero agradecer ao Deputado José Otávio Germano, que conosco presidiu esta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes pedindo ao Deputado José Otávio Germano que promova a convocação dos senhores membros para a reunião ordinária deliberativa a ser realizada no dia 27 de novembro de 2013, quarta-feira, às 10 horas, neste mesmo plenário.

Muito obrigado a todos.